

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Stephania Maria de Souza**

**SELEÇÃO DE INFORMAÇÕES EM BIBLIOTECAS LEGISLATIVAS:  
o caso da Câmara dos Deputados - Brasil**

**Brasília  
2009**

**Stephania Maria de Souza**

**SELEÇÃO DE INFORMAÇÕES EM BIBLIOTECAS LEGISLATIVAS:  
o caso da Câmara dos Deputados - Brasil**

Monografia apresentada para aprovação no Curso de  
Especialização em Instituições e Processos Políticos do  
Legislativo da Câmara dos Deputados

Orientador: Eduardo Fernandez Silva

**Brasília**  
**2009**

Verso da folha de rosto

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e sua reprodução, total ou parcial, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura:

Data:

Souza, Stephania Maria.

Seleção de informações em bibliotecas legislativas : o caso da Câmara dos Deputados, Brasil [manuscrito] / Stephania Maria de Souza. -- 2009.  
78 f.

Orientador: Eduardo Fernandez Silva.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2009.

1. Biblioteca parlamentar, Brasil. 2. Biblioteca parlamentar, coleções, avaliação e seleção. I. Título

CDU 027.54(81)

**Seleção de Informações em Bibliotecas Legislativas:  
o caso da Câmara dos Deputados - Brasil**

Monografia – Curso de Especialização em Instituições e  
Processos Políticos do Legislativo da Câmara dos  
Deputados - 1º Semestre de 2009.

Aluna: Stephania Maria de Souza

Banca examinadora:

---

Eduardo Fernandez Silva – prof. orientador

---

Adolfo Costa Araújo Furtado - avaliador

Brasília, de de 2009.

## RESUMO

Este trabalho visa avaliar os critérios de seleção de documentos da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados e compará-la às de outras bibliotecas legislativas. Utilizaram-se dois levantamentos de dados: um reúne por classes temáticas da Classificação Decimal Universal (CDU) os livros comprados entre os anos 2000 e 2007, o outro reúne por comissões temáticas os projetos de lei (PLs) relatados no mesmo período. Em seguida relacionaram-se os assuntos das comissões com maiores incidências de PLs relatados aos assuntos constantes no documento da Política de Desenvolvimento de Coleções. A conclusão a que se chega é de que os critérios de seleção permitem formar um acervo especializado em Ciências Sociais, com ênfase no Direito; no entanto o acervo formado apresenta desequilíbrios quantitativos entre as classes, subclasses e áreas. Os critérios também permitem, para o período em análise, desenvolver uma coleção bibliográfica cujos assuntos estão em sintonia com a maioria dos temas das comissões permanentes. Ao final são apresentadas sugestões para o aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento de Coleções e apontada a necessidade de maiores estudos sobre os tipos de informação e fontes importantes para a Câmara dos Deputados.

Palavras-chave: biblioteca parlamentar, Brasil; biblioteca parlamentar, estudo comparado, Austrália, Canadá, Chile; biblioteca parlamentar, coleções, avaliação e seleção; Biblioteca da Câmara dos Deputados, História.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES .....	3
3 IMPORTÂNCIA, TIPOS E CARACTERÍSTICAS DAS INFORMAÇÕES PARA O PODER LEGISLATIVO .....	7
3.1 Informações Legislativas.....	7
3.2 A Biblioteca Legislativa.....	9
3.2.1 A Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados .....	12
3.3 Características das Informações.....	14
3.3.1 Características das Informações do Acervo da Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados.....	16
4 HISTÓRIA DA COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	20
4.1 Formação do Acervo .....	20
4.2 Desenvolvimento do Acervo .....	24
5 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DA COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	28
5.1 Descrição da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca .....	28
5.2 Análise Descritiva de Políticas de Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Legislativas.....	30
5.3 Análise Empírica da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca.....	33
5.3.1 Descrição da Metodologia.....	33
5.3.2 Apresentação e Análise dos Resultados.....	36
6 CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXO A.....	57
ANEXO B.....	69
Agricultura.....	70
Ciencia.....	70
Ciencias Políticas.....	70
Defensa y Seguridad.....	70
Deporte y Recreación.....	71
Derecho.....	71

<u>Economía.....</u>	<u>71</u>
<u>Educación y cultura.....</u>	<u>72</u>
<u>Geografía.....</u>	<u>72</u>
<u>Gobierno.....</u>	<u>72</u>
<u>Sociología.....</u>	<u>73</u>
<u>Tecnología.....</u>	<u>73</u>
<u>Trabajo y Previsión Social.....</u>	<u>73</u>
<u>Vivienda y Urbanismo.....</u>	<u>74</u>
<u>Apoyo a la Gestión.....</u>	<u>74</u>
<u>Disciplinas relacionadas.....</u>	<u>74</u>





## 1 INTRODUÇÃO

O ato de selecionar é escolha, ou triagem, voluntária para se conservar “dentre os seres ou objetos diversos, geralmente da mesma espécie, aqueles que apresentam um valor superior, quer absolutamente, quer de algum ponto de vista especial” (LALANDE, 1999, p. 983).

Selecionar documentos para compor um acervo bibliográfico é, portanto, escolher entre os milhares publicados aqueles de valor superior segundo o ponto de vista do profissional que os seleciona.

Definida dessa maneira, a seleção é essencialmente subjetiva e, por conseguinte, o acervo desenvolvido refletirá os interesses, preconceitos e visão de mundo do selecionador ou selecionadores, muito embora condicionados aos limites determinados pela falta de espaço físico, recursos humanos e financeiros.

Há duas soluções para eliminar ou minimizar essa subjetividade. A primeira seria a aquisição de tudo que é publicado, e a segunda, a elaboração de critérios objetivos e impessoais de seleção de documentos (livros, periódicos, relatórios, materiais não-convencionais, etc), como parte integrante de uma política de desenvolvimento de coleções ou de acervos. Descartada a primeira solução, resta discutir a segunda, objeto deste trabalho.

Os critérios de seleção de livros, assim como os critérios de seleção de qualquer outro material informacional, variam conforme o tipo de biblioteca e o seu público, porém é importante registrar que todo critério serve como um guia para facilitar o processo de seleção, “garantindo a coerência do acervo no transcorrer do tempo” (VERGUEIRO, 1995, p. 19). Eles são classificados em três tipos: critérios que abordam o conteúdo dos documentos (assunto); a adequação desses conteúdos às necessidades dos usuários, e critérios que abordam aspectos adicionais, tais como língua, atualidade, tipos de material e outros.

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar a Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados<sup>1</sup> por meio da análise dos critérios de seleção e aquisição de documentos e verificar se os assuntos, ou

---

<sup>1</sup> A Coordenação de Biblioteca faz parte da estrutura formal do Centro de Documentação e Informação (Cedi) desde 1971, ano em que foi criado o Centro. Adota-se neste trabalho o nome formal do órgão, sendo que na descrição histórica, anterior a 1971, adota-se “Biblioteca da Câmara”.

conteúdos dos livros adquiridos, apresentam algum tipo de relação com os temas abordados na Casa.

Como objetivos específicos, o trabalho pretende:

- descrever a importância e as características das informações para o Poder Legislativo, contextualizando a Coordenação de Biblioteca e o Centro de Documentação e Informação (Cedi);
- reunir fatos acerca da formação do acervo bibliográfico da Coordenação dispersos nas publicações oficiais da Casa;
- comparar o documento da Coordenação de Biblioteca aos de outras bibliotecas legislativas nacionais e estrangeiras.

O Cedi, órgão ao qual a Coordenação de Biblioteca é subordinada, elaborou em 2008 o plano estratégico a ser adotado em suas atividades pelo próximo quadriênio.

Foram definidos quatro objetivos para nortear os esforços do Cedi, em termos de novos projetos e atividades. Destes, dois objetivos justificam a realização do presente trabalho: “implantar modelo integral de gestão da informação na Câmara dos Deputados”, e “ampliar a contribuição do Cedi para o processo decisório e a gestão do conhecimento na Casa” (BRASIL, 2008, p. 4)

Ambos são voltados para a oferta de informações relevantes, pertinentes, corretas, atuais e no tempo certo aos parlamentares, dirigentes e servidores da Casa na realização mais eficiente de suas atividades. Para garantir o alcance de tais propósitos, é fundamental que as informações “sejam tratadas, organizadas e mantidas, assegurando a qualidade e agilidade do atendimento.” (BRASIL, 2008, p. 4)

Logo, um estudo acerca da formação e do desenvolvimento do acervo da Coordenação de Biblioteca, em especial sobre os critérios de seleção e aquisição dos documentos deste acervo, surge em hora apropriada.

## 2 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A análise de critérios de seleção de materiais informacionais é tratada na literatura especializada dentro do contexto do Desenvolvimento de Coleções. O tema mantém igualmente uma estreita relação com o processo de avaliação de coleções. Este capítulo apresenta a revisão da mencionada literatura.

O Desenvolvimento de Coleções é uma disciplina que procura organizar o conhecimento registrado sob enfoques específicos; é uma solução técnica desencadeada pela explosão bibliográfica ocorrida principalmente, a partir de meados do século XX, quando grandes investimentos governamentais propiciaram avanços científicos e tecnológicos, os quais, por sua vez, impulsionaram a comunicação científica, resultando em um considerável aumento de publicações especializadas.

O auge do desenvolvimento de coleções, enquanto assunto acadêmico, ocorreu nos anos 60 e 70, agora, com a nova explosão da informação propiciada pela Internet, a disciplina volta ao centro das atenções dos profissionais da informação. Ela é composta de atividades técnicas específicas da Biblioteconomia e de atividades oriundas da Administração (WEITZEL, 2002).

No que diz respeito às atividades específicas da Biblioteconomia, o processo de desenvolvimento de coleções está relacionado com as definições do tipo de biblioteca e sua missão (ESCOBAR CARBALLAL, 2006) e não se encerra com a escolha e aquisição de documentos (MAGRILL; CORBIN, 1989). É necessário que se façam avaliações a fim de verificar se o que se adquiriu atende às necessidades de informações da comunidade ou instituição na qual a biblioteca está inserida. Em outras palavras, avaliar um acervo é:

Determinar o que a biblioteca deveria possuir e não possui, e o que possui, mas não deveria possuir, tendo em vista fatores de qualidade e adequação da literatura publicada, sua obsolescência, as mudanças de interesses dos usuários, e a necessidade de aperfeiçoar o uso de recursos financeiros limitados (LANCASTER, 1996, p. 20).

Os objetivos da avaliação, segundo Lancaster (1996) são a adequação das informações às necessidades atuais dos usuários, portanto a atualização dos critérios de seleção de documentos, melhor aproveitamento dos recursos humanos, financeiros e de espaço físico com o posterior descarte e remanejamento de coleções.

Quanto aos critérios, como citado anteriormente, serão determinados pelo tipo de biblioteca e pelas necessidades informacionais do público alvo.

Em relação aos métodos de avaliação de coleções, Figueiredo (1985), em uma exaustiva revisão de literatura, apresentou três abordagens. A primeira reúne métodos que propõem avaliar uma coleção baseada em padrões externos: um especialista ou grupos de especialistas fazem o diagnóstico do acervo no todo ou em parte conforme suas crenças; uso de uma bibliografia que contenha livros e periódicos recomendados para o tipo de biblioteca, objeto da avaliação e elaborada por uma autoridade na área temática.

Outra abordagem é analisar a circulação dos itens em períodos determinados verificando a quantidade de uso, tipos de usos e quantas vezes os documentos são emprestados. A ideia é tentar prever o futuro baseado no uso presente e passado da coleção. Segundo a autora, “tem sido demonstrado que o uso passado é uma boa visão para o futuro” (FIGUEIREDO, 1985, p. 2).

A terceira abordagem difere pouco da primeira. Da mesma forma, utiliza-se um padrão externo, porém o que se avalia é a completeza ou cobertura de uma área específica do assunto. A bibliografia é elaborada com base em livros recentes e artigos de revisão.

Em um trabalho posterior, Figueiredo (1993) cita cinco métodos para avaliar coleções, todavia apresenta poucas novidades: compilação de estatísticas da coleção, uso, gastos; verificação de listas, catálogos e bibliografias; obtenção de opiniões de usuários regulares; exame direto da coleção; e aplicação de padrões usando combinações dos métodos anteriores.

Lancaster (1996), analisando diversos estudos propõe apenas duas categorias: métodos quantitativos e métodos qualitativos.

Os métodos quantitativos avaliam a coleção com base no seu tamanho e no seu crescimento. A partir do pressuposto “quanto maior um acervo, maior a chance de se encontrar o item desejado”, é estabelecido um tamanho padrão de coleção relacionado ao tamanho da população servida pela biblioteca, vale dizer “livros *per capita*”. A esta medida podem-se acrescentar as variáveis “taxa de crescimento da coleção” e “número de itens emprestados/satisfação” para melhor estabelecer o tamanho ideal de um acervo. Segundo a literatura, uma alta taxa de crescimento não significa um aumento na taxa de empréstimos, pelo contrário, uma vez alcançado o ponto ideal, ou o ponto de saturação, pode haver uma queda nos níveis de empréstimo.

Os métodos qualitativos são as mesmas formas de avaliação apontadas por Figueiredo (1985) como padrões externos: julgamento por especialistas e uso de bibliografias.

Os métodos apresentados pela literatura estão voltados para bibliotecas universitárias ou públicas ou especializadas. As bibliotecas legislativas são classificadas como especializadas, mas ao mesmo tempo apresentam características que as diferenciam das demais, posto a singularidade da instituição na qual estão inseridas.

Na análise de critérios de seleção de documentos, definiu-se anteriormente que os critérios são parte integrante de uma política de desenvolvimento de coleções, ou seja, de

Um conjunto de diretrizes e normas que visa estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e desenvolvimento de coleções em consonância com os objetivos da instituição e os usuários do sistema (LIMA; FIGUEIREDO, 1984, p. 139).

Ou, ainda, segundo Vergueiro (1989; p. 25):

Uma diretriz para as decisões dos bibliotecários em relação à seleção do material a ser incorporado ao acervo e à própria administração dos recursos informacionais. É ela que irá prover uma descrição do estado geral da coleção, apontar o método de trabalho para consecução dos objetivos e funcionar como elemento de argumentação do bibliotecário, dando-lhe subsídios para discussão com autoridades superiores, tanto na obtenção de novas aquisições como para a recusa de imposições estapafúrdias.

Destacam-se alguns pontos nessas definições: para que uma política de seleção se viabilize de fato, a biblioteca deve, obrigatoriamente, definir seus objetivos, planos estratégicos, missão e visão, pois eles norteiam a elaboração de critérios para a seleção propriamente dita. Em outras palavras, a política reflete a compreensão dos profissionais da informação, responsáveis ou não pela administração da biblioteca, de como o acervo bibliográfico pode servir aos fins da instituição.

Quando transformada em norma legal, ela legitima as decisões dos selecionadores ao mesmo tempo em que os protege de imposições arbitrárias e descabidas. Como documento administrativo, ela auxilia na gestão dos recursos humanos e financeiros bem como na racionalização do espaço físico da biblioteca. Também assegura a continuidade e consistência da coleção independentemente de mudanças de pessoal.

Outras vantagens advindas do estabelecimento de uma política de desenvolvimento de coleções são fixadas pela Federação Internacional de Associações

de Bibliotecas (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION, 2007; p. 21-22):

Assegurar que os materiais selecionados estejam em conformidade com as necessidades informacionais dos usuários; garantir que o processo de seleção seja objetivo e totalmente orientado pela política traçada; garantir a tomada de contas em relação aos profissionais responsáveis pela seleção, face à responsabilidade que é selecionar materiais; possibilitar aos selecionadores a escolha de tipos e níveis de materiais para atingir os objetivos institucionais; oferecer critérios que minimizem, tanto quanto possível, duplicações ou lacunas na aquisição de materiais. [tradução nossa]

Espera-se, portanto que o estabelecimento da política de desenvolvimento de coleção produza resultados positivos para os usuários, pois suas necessidades de informações poderão ser atendidas; para a instituição à qual a biblioteca é subordinada, pelo apoio informacional na consecução dos seus fins; e, por último, para os profissionais da informação, pois eles poderão realizar a tarefa de seleção com a necessária impessoalidade, constituindo-se em um importante elo entre os milhares de documentos publicados e o usuário final.

Por outro lado, o alcance desses resultados está condicionado ao teor da política e sua capacidade de representar os interesses e necessidades informacionais dos usuários. Em outras palavras, recomenda-se, por tudo que foi exposto, a implantação de uma política de desenvolvimento de coleções. Antes, porém, é imprescindível discutir o seu conteúdo e a sua adequação aos fins institucionais e/ou aos interesses dos usuários.

### 3 IMPORTÂNCIA, TIPOS E CARACTERÍSTICAS DAS INFORMAÇÕES PARA O PODER LEGISLATIVO

Este capítulo discute a importância da informação no Poder Legislativo, o papel da biblioteca legislativa como fonte dessas informações assim como as características, tipos de informações e suportes informacionais requeridos pelo Parlamento. Procura-se igualmente inserir a Coordenação de Biblioteca e o Cedi, órgãos da Câmara dos Deputados, e o Poder Legislativo brasileiro no contexto das discussões.

#### 3.1 Informações Legislativas

O papel da informação no processo legislativo, compreendendo-se este como um dos elementos do espaço público no qual as ações concernentes a toda a sociedade são deliberadas, é contribuir para minimizar a incerteza e a imprevisibilidade, características dos processos iniciados pela ação dos homens na esfera política<sup>2</sup>.

Nesse espaço público, o parlamentar, quando apresenta um projeto de lei, está iniciando um processo de ação que não se encerra no ato de transformação da proposta em norma legal ou política pública. A ação do parlamentar, ou do Parlamento, continuará presente enquanto perdurarem as consequências da norma legal ou da política pública, sobre toda a sociedade. Contribuir para prever o tipo e a intensidade dessas consequências é igualmente papel da informação no processo legislativo.

---

<sup>2</sup> A ação, ou a capacidade de agir, segundo Hannah Arendt (1981, p. 243), é a faculdade humana iniciadora de “processos novos e sem precedentes, cujo resultado é incerto e imprevisível, quer sejam desencadeados na esfera humana ou no reino da natureza.” Para a autora, a incerteza, a imprevisibilidade passa ser a principal característica do que ela denomina negócios humanos, o mundo da política.



Na perspectiva informacional<sup>3</sup>, o papel da informação é igualmente a redução da incerteza, porém aqui o processo legislativo é visto sob a ótica institucional, vale dizer, o espaço público no qual ele ocorre pertence à esfera política separada das demais esferas sociais. Em tal contexto, a importância da informação consiste em reduzir a incerteza e, por conseguinte, contribuir para prever as consequências ou os efeitos de uma política pública cujos resultados, positivos ou negativos, recairão sobre o Parlamento e suas instituições.

Partindo da análise das funções<sup>4</sup> do Congresso Americano, Frantzich (1979, p. 256), estabeleceu quatro tipos de informações básicas importantes para melhorar o desempenho daquelas funções:

O Parlamento e os parlamentares necessitam de informações para coordenar e planejar tanto a agenda da Casa quanto as agendas dos gabinetes. Como um corpo decisório, o Parlamento necessita acompanhar a atividade legislativa e registrar as votações individuais e de bancada. Os parlamentares, enquanto representantes, necessitam identificar e observar as demandas de sua base eleitoral, atendê-las com maior eficiência e desenvolver meios para acompanhar os interesses de suas bases tanto no âmbito parlamentar quanto fora dele. Os parlamentares, enquanto legisladores, necessitam das melhores informações para monitorar problemas, desenvolver soluções, prever consequências e ampliar estratégias de influência. Os parlamentares, no exercício do seu papel de controle e fiscalização, necessitam monitorar o sucesso dos programas em andamento e identificar os pontos vulneráveis. [tradução nossa]

Em outra abordagem, Miller, Pelizzo e Stapenhurst (2004), bem como Robinson (1996), se baseiam na tipologia desenvolvida por Nelson Polsby<sup>5</sup> para estabelecer um elo entre as necessidades de informação de um parlamento e os seus níveis de

---

<sup>3</sup> A perspectiva informacional ganhou notoriedade a partir dos estudos de Keith Khrebiel sobre o papel das comissões temáticas no processo legislativo norte-americano. Ele apresentou dois postulados: as decisões são tomadas pela maioria em todas as instâncias parlamentares; os parlamentares desconhecem os resultados das políticas sobre as quais deliberam. Portanto, garantir que as decisões sejam tomadas em respeito às preferências da maioria e com base na maior quantidade de informação disponível, isto é, com o menor nível de incerteza, é o problema para o qual o Legislativo deve se organizar (SANTOS; ALMEIDA, 2005).

Uma das formas de organização do Legislativo ocorre por meio do sistema de comissões. Na perspectiva informacional, elas são espaços de investigação, coleta de informações; de deliberações mais aprofundadas que as realizadas no plenário, de aplicação de conhecimento especializado e de recomendações. Ou seja, nessa perspectiva o sistema de comissões proporciona ganhos informacionais ao plenário e ao Executivo, reduzindo as incertezas sobre as consequências de uma proposta majoritariamente aprovada (PEREIRA; MUELLER, 2000).

<sup>4</sup> Stephen E. Frantzich (1979) resume as funções do Congresso Americano em representação, comunicação com o eleitorado, elaboração legislativa e acompanhamento dos trabalhos burocráticos no desenvolvimento das políticas públicas.

<sup>5</sup> Nelson Polsby (1975) classifica as formas legislativas em quatro tipos de acordo com os regimes políticos (fechados ou abertos) e a atividade governamental (sem especialização ou especializada). Para o escopo deste trabalho, é suficiente registrar que, na primeira classificação, não existe um Parlamento funcionando plenamente; a função legislativa é exercida e controlada por uma junta e o Parlamento é apenas decorativo.

funcionamento, variando desde pouca ou nenhuma necessidade por informações, caso dos parlamentos classificados como *rubber stamp*, até um total reconhecimento da importância das informações manifestado pelo grau de investimento, entre outros indicadores, em pessoal e serviços especializados, caso dos parlamentos classificados como *transformative legislatures*.

O Brasil é citado por Polsby (1975, p. 11) como exemplo, entre outros, de países cujos parlamentos não apresentam um efetivo funcionamento. Registre-se que o estudo foi publicado em 1975, período no qual o país estava sob um regime de exceção. Na atualidade há que se questionar se as premissas estabelecidas pelo autor ainda são válidas e, caso o sejam, analisar mais profundamente o Poder Legislativo brasileiro para encaixá-lo naquela tipologia.

Todavia, mesmo sem se deter na validade das premissas, não se pode afirmar que o Congresso apresente um nível de independência em relação ao Executivo próprio dos parlamentos denominados *transformative legislatures*. Ao contrário, segundo Pereira e Mueller (2000), há uma preponderância daquele Poder sobre este explicada a partir de dois aspectos fundamentais: o poder de legislar garantido ao presidente pela Constituição e a centralização do poder decisório nas mãos dos líderes dos partidos no Congresso que dão sustentação política ao governo.

Poder-se-ia então inserir o Poder Legislativo brasileiro entre os parlamentos denominados *emerging and informed legislatures*, parlamentos que têm percebido a necessidade de informações a fim de participarem efetivamente no processo legislativo (Robinson, 1996, p. 816). No entanto, o tema ainda está por ser estudado, tanto do ponto de vista das instituições legislativas quanto da cultura política brasileira, para que se façam afirmações conclusivas sobre as necessidades e usos da informação no Congresso Nacional.

### 3.2 A Biblioteca Legislativa

---

*Rubber stamp legislatures* são parlamentos próprios dos regimes fechados, e seus membros são cooptados com a finalidade de legitimar as propostas e ações do Executivo.

Os parlamentos denominados *emerging and informed legislatures* apresentam variações na forma de funcionamento. Eles estão presentes em sistemas políticos abertos e especializados e podem se reunir, conduzir seus negócios de acordo com regras e expressar sua vontade, porém não apresentam o mesmo nível de independência política característico dos parlamentos denominados *transformative legislatures*.

Uma vez abordadas a importância e a necessidade da informação no Parlamento, segue-se uma questão: quais seriam as fontes utilizadas pelos parlamentares para encontrar informações?

Neste tópico, pretende-se somente introduzir o assunto, pois ele, assim como as necessidades e usos da informação no Parlamento, carece de estudos profundos e igualmente específicos sobre a realidade nacional, o que impossibilita obter conclusões definitivas.

Esta afirmação é corroborada por Marcella, Carcary e Baxter (1999). Segundo as autoras, há uma significativa falta de pesquisa sobre o papel da informação no processo de decisão político, em particular no contexto europeu. A mesma opinião é acompanhada por Miller, Pelizzo e Stapenhurst (2004).

Em um estudo empírico sobre as necessidades de informação dos representantes britânicos no Parlamento europeu, Marcella, Carcary e Baxter (1999) constataram que as fontes de informação mais utilizadas por eles são os contatos informais e os arquivos particulares. Os serviços disponibilizados pela biblioteca do Parlamento Europeu e pelos partidos são considerados importantes recursos (ambos em terceiro lugar), porém menos utilizados que os primeiros, e os serviços eletrônicos oferecidos pela União Européia consistem nos recursos menos importantes e também os menos usados entre todos. O menor nível de satisfação foi detectado em relação à Internet apesar do seu alto nível de uso.

Os principais problemas com os quais os representantes britânicos se deparam na recuperação de informações, constataram as autoras, são a falta de tempo e a grande quantidade e variedade de fontes disponíveis.

Outro estudo recente sobre as necessidades de informação dos parlamentares trata da Assembléia Legislativa na capital da Índia. Shailendra e Prakash (2008) observaram que eles utilizam várias fontes; as preferidas são os contatos pessoais e os meios de comunicação. Em relação à biblioteca e seus recursos, os autores identificaram que os parlamentares desconhecem o seu papel. A justificativa encontrada é, novamente, a indisponibilidade de tempo.

A função básica da biblioteca legislativa é servir como fonte de informação para o Parlamento em apoio às suas atribuições constitucionais. Seu papel estratégico será atribuído pela definição que o Parlamento possui de uma biblioteca, e de acordo com tal definição, e também com a definição que os profissionais da informação têm do seu trabalho, será feita a escolha de instrumentos para alcançar os objetivos propostos

(ROBINSON, 1996). Ou seja, a biblioteca legislativa tem como principal papel atender às necessidades informacionais do Parlamento; a forma como isso ocorre dependerá da visão que cada instituição tem da biblioteca e dos recursos disponibilizados para tanto.

A biblioteca legislativa representa uma das fontes de informações mais comuns no Parlamento. Primeiramente por ser uma instituição secular, criada junto aos primeiros parlamentos da Era Moderna - data de 1796 a criação da Biblioteca da Assembleia Francesa, seguida pela Biblioteca do Congresso Americano, 1800, e pela Biblioteca da Casa dos Comuns, no Reino Unido, 1818 (ROBINSON, 1996).

Da mesma forma é considerada comum por ser uma fonte presente em 161 países<sup>6</sup>. Apesar da longevidade e da quantidade, a biblioteca legislativa não é a fonte de informações mais utilizada pelos parlamentares, de acordo com os dois estudos mencionados anteriormente.

No desempenho do seu papel, a biblioteca legislativa pode atuar passiva ou pró-ativamente. No primeiro caso, espera-se que os parlamentares ou seus assessores procurem a biblioteca quando precisarem de informações. Os serviços desempenhados são os tradicionais - levantamentos bibliográficos, empréstimo de livros e fornecimento de cópias de artigos.

As bibliotecas que desempenham um papel pró-ativo procuram oferecer acesso rápido à informação atualizada sobre os principais temas deliberados no Parlamento; disponibilizar informações breves e oportunas relacionadas com todos os temas legislativos; manter os parlamentares informados sobre os assuntos de interesse para o Legislativo e apoiá-los no relacionamento com seus eleitores (ROBINSON, 1999 *apud* LIAHUT BALDOMAR, 2003). São exemplos de serviços oferecidos pró – ativamente, alertas impressos ou eletrônicos das informações disponíveis no acervo, *clippings* jornalísticos sobre assuntos de interesse dos parlamentares, criação e acesso a bases de legislação, estudos comparados de legislação, análises políticas de assuntos em discussão, as opções possíveis e as consequências de cada uma; seminários e programas de treinamento para parlamentares e demais usuários.

Outro papel desempenhado pela biblioteca legislativa é localizar informação confiável, integrá-la a outros materiais, sintetizá-la e traduzi-la em uma linguagem acessível e disseminá-la a todos os parlamentares. Ou seja, a biblioteca funciona como um filtro entre os parlamentares e as informações produzidas pelos técnicos dos

---

<sup>6</sup> Segundo o *World Directory of National Parliamentary Libraries*, 161 países possuem bibliotecas em seus parlamentos; destes, 20 países as possuem em ambas as Casas (Robinson, 1996, p. 827).

governos nas três esferas, pelas universidades, instituições não-governamentais e internacionais. Para Robinson (1996, p. 818), a maioria deles sofre não de falta de informação, mas de excesso, o que explica a importância desse papel.

No Brasil, o Congresso Nacional possui duas bibliotecas servindo a ambas as Casas muito embora cada qual priorize as necessidades do seu público alvo.

### 3.2.1 A Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados

Em relação à Câmara dos Deputados, a Coordenação de Biblioteca integra a estrutura do Cedi, órgão responsável, entre outras atribuições, por atender as demandas informacionais dos parlamentares<sup>7</sup>.

A estrutura do Cedi está formalizada por meio da Resolução nº 20 de 1971. A justificativa apresentada ao projeto de resolução, PRC nº 20 de 1971, destaca as funções do Centro:

(...) No elenco de medidas, a informação assume papel preponderante. Conscientes disso, propomos a criação de um Centro de Documentação e Informação, que abrigará os diversos órgãos depositários dos elementos primeiros da informação, indispensáveis à elaboração legislativa. Acreditamos que este órgão, estruturado harmonicamente para receber, originar e transmitir subsídios necessários à elaboração dos trabalhos desta Casa, terá papel de destaque no atendimento dos objetivos de eficiência legislativa e administrativa (BRASIL, 1971, p. 6.978).

Pelo disposto no art. 89 da citada resolução, as competências da Coordenação de Biblioteca são:

(...) pesquisar, selecionar, adquirir, reunir e divulgar os livros e outros documentos nacionais e estrangeiros de interesse dos trabalhos legislativos; elaborar bibliografias, organizar catálogo coletivo regional; manter intercâmbio com outras bibliotecas e centros de pesquisa; e organizar, para publicação, relação periódica de todos os livros constantes do seu acervo (BRASIL, 1971, p. 9).

A mesma função é reafirmada na página eletrônica da Coordenação:

A principal função da Biblioteca é subsidiar as atividades legislativas e parlamentares dos membros da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional e as atividades administrativas de seus servidores, o que requer indispensável prestação no atendimento<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> A Resolução 20/1971, ao dispor sobre as atribuições do Cedi, não evidencia o atendimento a consultas como tal; essas atribuições formais são realizadas por meio de seções subordinadas às Coordenações de Biblioteca, Arquivo, Estudos Legislativos e de Publicações. A partir de 2007 foi criada a Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (Corpi), centralizando todas as consultas encaminhadas ao Cedi. Todavia, a Corpi ainda não é um órgão formal.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/biblarq/conheca>> Acesso em: 13 dez. 2008.

Conclui-se, portanto, que a Coordenação de Biblioteca, em conjunto com os órgãos subordinados ao Cedi, atende ao primeiro requisito, conforme a literatura especializada, de uma biblioteca legislativa em relação a sua função básica, qual seja, servir como fonte de informação para a Câmara dos Deputados.

Para entender o Cedi como fonte de informação, realizou-se levantamento das solicitações encaminhadas à Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (Corpi) pelos parlamentares, ou em nome deles, entre os meses de outubro de 2006 e setembro de 2008.

Os resultados foram organizados em seis grandes temas, conforme a Figura 1.

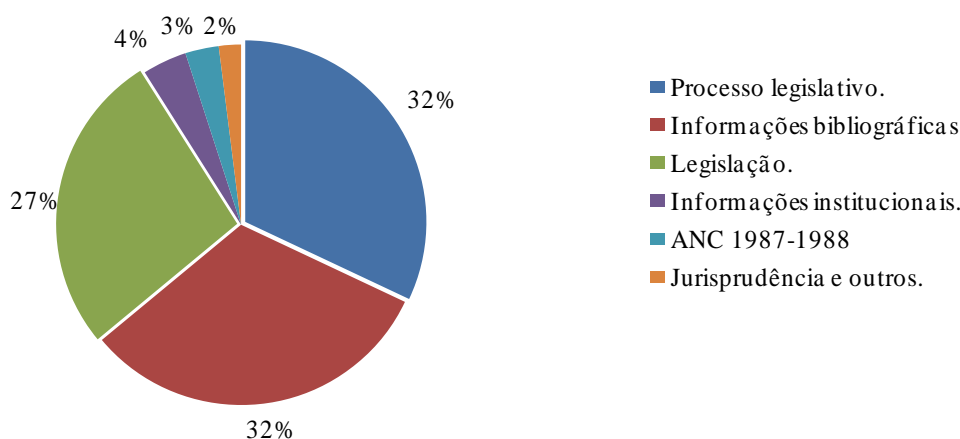


Figura 1 - Solicitações de pesquisas encaminhadas pelos deputados à Corpi/Cedi - 2006-2008

Fonte: Sistema Integrado de Atendimento - Siate/Cedi

As informações sobre processo legislativo se referem às proposições, atuação parlamentar, pronunciamentos e relatórios de comissões. Informações bibliográficas são atendidas com o fornecimento de livros, cópias de artigos de revista ou de jornais diários e documentos eletrônicos; pedidos de legislação são atendidos com cópias de normas legais ou relação de normas sobre determinado assunto; informações institucionais tratam da organização político-administrativa da Casa; e as informações sobre a ANC 1987-1988 se referem aos documentos da Assembléia Nacional Constituinte que deu origem à atual Constituição.

Esses dados são relativos apenas à atuação passiva do Cedi. Deve-se levar em conta produtos pró-ativos elaborados tanto pela Coordenação de Biblioteca quanto pelas demais coordenações do Cedi, alguns inclusive em parcerias com outros órgãos da Casa

e sobre os quais o Cedi não dispõe de dados acerca dos respectivos usos, o que poderia contribuir para um entendimento das fontes de informação utilizadas pelos deputados.

São exemplos, entre outros, de produtos pró-ativos: Banco de Notícias Seleccionadas, Livros Novos, Sumários de Periódicos, Legin, Anuário Estatístico do Processo Legislativo, compilações de legislação, Bandep e Fique por Dentro, este em parceria com a Consultoria Legislativa e a Secretaria de Comunicação.

Pode-se constatar que a Coordenação de Biblioteca reunida às demais coordenações do Cedi, é uma das fontes de informação na Câmara dos Deputados, não obstante a falta de estudos e dados estatísticos, os quais poderiam contribuir para determinar o grau da importância de tal fonte.

### 3.3 Características das Informações

As características das informações foram classificadas quanto ao assunto, ou tema; quanto ao tipo de material ou suporte e quanto às características intrínsecas às informações. Esclarece-se, no entanto, que tais classificações objetivam apenas organizar a matéria, dando-lhe maior clareza posto que os diversos autores citados a tratam sem nenhuma ordem.

No desempenho de suas funções constitucionais, os parlamentares lidam com os mais diversos assuntos. Logo, as informações disponíveis na biblioteca legislativa, segundo a literatura da área, devem cobrir todos os temas possíveis, com destaque para o Direito e legislação, inclusive estudos comparados, Ciência Política, Economia, política e comércio externos, agricultura, indústria e comércio, defesa e assuntos estratégicos, Educação, meio ambiente, ciência e tecnologia, saúde e seguridade social, opinião pública, temas atuais como desarmamento, terrorismo, tráfico de drogas, refugiados (KOHL, 1991; ROBINSON, 1996).

Obras sobre a história local e universal, que contenham informações factuais e eventos, assim como biografia de personalidades do mundo político, complementam o acervo.

Em relação aos tipos de materiais, devem ser feitos maiores investimentos e esforços na aquisição e tratamento de periódicos, jornais diários, revistas semanais e índices estatísticos, uma vez que tais tipos apresentam informações correntes, diferentemente dos livros impressos.

Os materiais de referência (base de dados, enciclopédias, dicionários linguísticos e especializados, atlas, almanaques etc), e demais livros devem compor a base do acervo bem como os materiais não convencionais (mapas, vídeos, CDs e DVDs etc) (ENGLEFIELD, 1993).

Outros documentos importantes à composição do acervo da biblioteca legislativa são as publicações governamentais, de organismos internacionais, documentos da *literatura cinzenta*<sup>9</sup> e, os documentos bibliográficos gerados pela Casa (ROSALES SALINAS, 2008).

Importante registrar que todas essas recomendações, bem como as posteriores afirmações necessitam de fundamentação empírica. Ou seja, os autores, salvo dois estudos já mencionados, não apresentam em seus respectivos artigos ou livros dados que comprovem empiricamente a validade de suas assertivas.

A literatura sobre o tema apresenta como características intrínsecas às informações ou como são disponibilizadas aos parlamentares as seguintes: atualidade, completeza ou exaustividade, tempestividade, precisão, confidencialidade e relevância (FRANTZICH, 1979; ENGLEFIELD, 1993; MARCELLA, CARCARY, BAXTER, 1999; MILLER, PELLIZO, STAPENHURST, 2004).

O parlamentar, para responder às demandas dos meios de comunicação sobre mudanças, crises e especialmente sobre assuntos negativos, deve estar informado acerca dos fatos correntes, sendo imprescindível que ele tenha conhecimento dos últimos eventos nacionais e internacionais (ENGLEFIELD, 1993).

Segundo Frantzich (1979), o parlamentar vive em um mundo de ação onde as decisões frequentemente são tomadas antes de se conhecer todas as informações disponíveis sobre o assunto. Nesse caso, pouca informação no tempo certo é melhor que informações completas e atrasadas. A completeza ou exaustividade é uma característica requerida dos serviços de informação, porém ela poderá ser colocada em segundo plano se sua realização expender um tempo prejudicial à tempestividade.

A tempestividade, ou a urgência, é uma característica fundamental da atividade parlamentar sob a qual trabalham tantos os congressistas quanto seus assessores e colaboradores. Como consequência, ela acaba por determinar toda prestação de serviços desenvolvidos no Poder Legislativo, inclusive os serviços informacionais, cujo público alvo é o parlamentar (FARRERO I FARRERO, 2005).

---

<sup>9</sup> A literatura cinzenta é toda documentação produzida por ministérios, agências governamentais, organizações privadas, ONG's, instituições culturais e acadêmicas, em reuniões, congressos e foros de diversa natureza.



A exatidão, ou precisão, é a característica que diferencia a boa informação da ruim. Quando utilizada pelo parlamentar no momento de decisão, a informação correta justifica a escolha feita por ele e deixa clara a responsabilidade pelos efeitos advindos dessa escolha.

A confidencialidade não é uma característica das informações, mas o sigilo na forma como serão coletadas, analisadas e depois disponibilizadas ao solicitante.

O critério de relevância da informação só pode ser estabelecido pelo parlamentar. Cabe aos profissionais da informação adquirir documentos, independentemente do suporte físico, atuais e confiáveis e tratá-los dentro das melhores técnicas da Documentação<sup>10</sup>, pois com esses cuidados o acesso às informações será rápido e os documentos recuperados serão relevantes e precisos.

### 3.3.1 Características das Informações do Acervo da Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados

A descrição do atual acervo da Coordenação de Biblioteca adota duas das três classificações utilizadas no tópico anterior: assunto, ou tema, e tipo de material, ou suporte.

Em relação aos assuntos, a Coordenação possui um acervo especializado, segundo sua página eletrônica, em Ciências Sociais com ênfase no Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública<sup>11</sup>.

A coleção é composta de 157.237<sup>12</sup> volumes de livros, folhetos, obras raras e especiais, materiais de referência e de organismos internacionais e multimeios. A coleção de periódicos (jornais diários, revistas semanais e especializadas) possui 682 títulos correntes.

---

<sup>10</sup> As técnicas da Documentação são catalogação no todo e analíticas, classificação, indexação e resumo.

<sup>11</sup> Informação disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/biblarq/conheca>> Acesso em: 13 dez. 2008.

<sup>12</sup> O acervo da Coordenação de Biblioteca foi inventariado entre os meses de março a setembro de 2008. Os números mencionados neste trabalho foram extraídos de uma tabela preliminar fornecida pela Coordenação de Bibliotecas.

Do total de 157.237 itens, 45.093 não foram incluídos em classes temáticas. São itens pertencentes às coleções de folhetos<sup>13</sup> (12.551), BICD<sup>14</sup> (8.074), “Fixa”<sup>15</sup>(1.072), Referência<sup>16</sup> (7.688), Obras Valiosas, Especiais e Organismos Internacionais<sup>17</sup> (13.708) e Multimeios<sup>18</sup> (2.000).

Quanto aos demais, 112.144 itens, estão organizados em 12 classes temáticas, conforme a Figura 2.

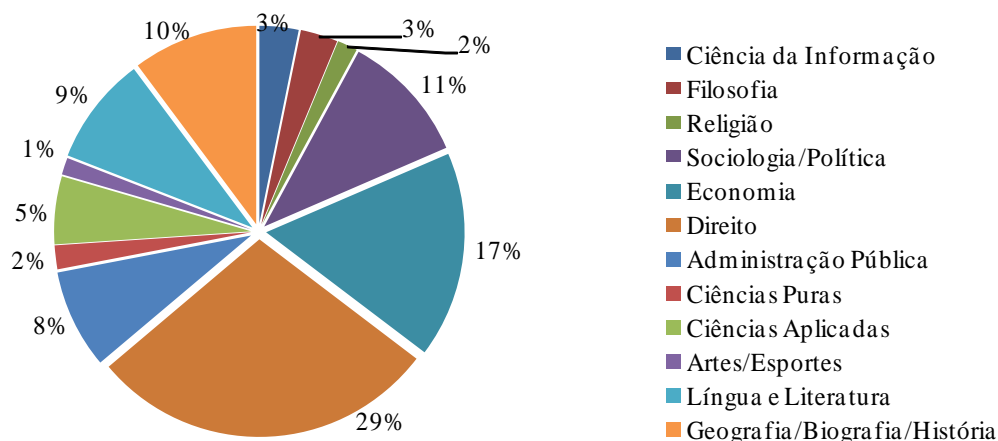


Figura 2 - Quantidade de volumes por classes temáticas - 2008

Fonte: Tabela preliminar do Inventário 2008. Coordenação de Biblioteca – Cedi

<sup>13</sup> A coleção de folhetos é composta por volumes com até 49 páginas.

<sup>14</sup> A coleção BICD possui livros catalogados em um extinto banco de dados eletrônico - Banco de Informações da Câmara dos Deputados. Atualmente, os documentos estão pré-catalogados na Rede Rvbi e aos poucos vão sendo catalogados, classificados e indexados.

<sup>15</sup> A coleção “Fixa” é composta por livros transferidos da Biblioteca da Câmara no Rio de Janeiro e que não haviam recebido tratamento documental. Eles foram apenas pré-catalogados na Rede Rvbi e aos poucos vão sendo catalogados, classificados e indexados.

<sup>16</sup> Coleção composta por dicionários, vocabulários, almanaques, enciclopédias, atlas, repertórios biográficos, etc.

<sup>17</sup> Coleção composta respectivamente por obras consideradas valiosas ou especiais pelos critérios da Coordenação de Biblioteca ou raras, por critérios determinados pela Biblioteca Nacional; obras da ONU e de suas agências e de outros organismos internacionais.

<sup>18</sup> Coleção de documentos em formatos não-convencionais.

A soma dos documentos classificados dentro das Ciências Sociais é 88.777. Este número representa 79% do total da coleção categorizada (112.144), como demonstra a Figura 3.

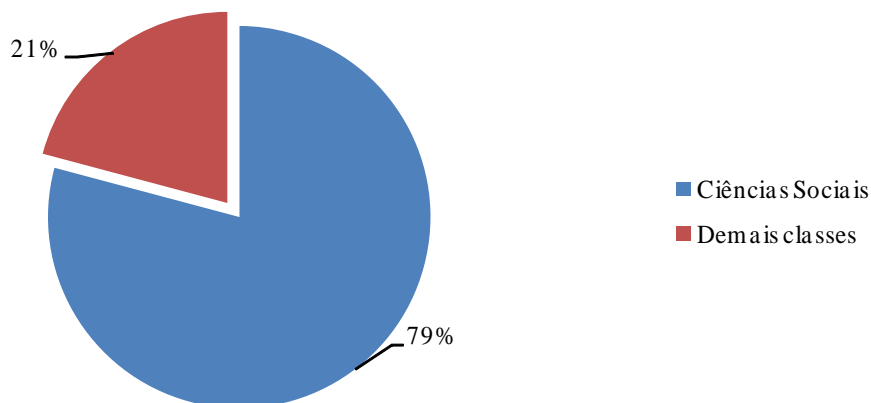


Figura 3 - Quantidade de volumes das Ciências Sociais x demais áreas - 2008

Fonte: Tabela preliminar do Inventário 2008. Coordenação de Biblioteca – Cedi

Os dados indicam que o acervo tem se desenvolvido sob o foco das Ciências Sociais, mesmo levando-se em conta a ausência de registro temático para 45.093 itens, assim como a ausência de classificação por assunto da coleção de periódicos.

Em relação aos tipos de materiais, os dados estão organizados em quatro tipos conforme a Figura 4.

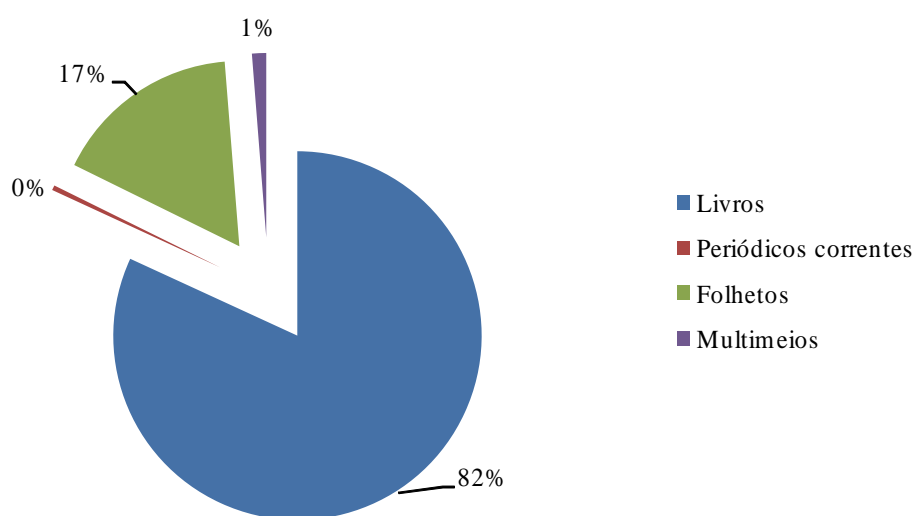


Figura 4 - Tipos de materiais da Coordenação de Biblioteca - 2008

Fonte: Tabela preliminar do Inventário 2008. Coordenação de Biblioteca – Cedi

Observa-se que o acervo é constituído em sua quase totalidade por livros e folhetos, o que contraria a premissa de Englefield (1993, p. 19): “os conteúdos dos livros geralmente não são atuais; portanto, os livros, em bibliotecas legislativas, são relativamente menos importantes que os materiais correntes” [tradução nossa]. O acervo de livros em bibliotecas legislativas, sugere o autor, deve representar cerca de 20 a 25% do acervo total.

Quanto às características denominadas intrínsecas às informações, atualidade, completeza, ou exaustividade, tempestividade, precisão, confidencialidade e relevância não são objetos de inventários bibliográficos; logo não é possível descrever ou avaliar o acervo sob estas perspectivas.

## 4 HISTÓRIA DA COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Este capítulo descreve o processo de formação e desenvolvimento do acervo bibliográfico da Coordenação de Biblioteca e registra a constante preocupação com o seu conteúdo, muito embora tal preocupação nem sempre tenha se transformado em ações ou políticas explícitas. Em outras palavras, o capítulo aborda a maneira pela qual a coleção chegou, na prática, aos números mencionados no tópico anterior.

### 4.1 Formação do Acervo

A primeira manifestação, sobre a qual se tem notícia, da preocupação com informações no Poder Legislativo brasileiro ocorreu durante a instalação da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Na sessão do dia 12 de maio de 1823, os constituintes da nova Nação assim a expressaram:

Para José Bonifácio de Andrade e Silva.

Ilm°. E Exm°. Sr. – A assembléia geral constituinte e legislativa do Império do Brasil, tomando em consideração a necessidade que tem os livros para a conveniente illustração dos negócios que se tratão nas suas sessões, e querendo, por outra parte, poupar à fazenda nacional a despeza que faria na compra delles, ordenou-me que participasse a V. Ex. que muito conviria que da bibliotheca imperial viessem para a mesma assembléa os livros de que precisasse no decurso de seus trabalhos, obtendo para isso V. Ex. de sua Magestade Imperial a necessária permissão, e fazendo expedir as convenientes ordens à referida bibliotheca. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade Imperial. Deus guarde a V. Ex. Paço da Assembléa, em 10 de Maio de 1823 – José Joaquim Carneiro Campos. (CAMPOS, 1823, p. 46)

Os parlamentares do Império reconheciam a necessidade dos livros para o desempenho de suas atividades, porém preferiram tomá-los por empréstimo a investirem em uma coleção para o uso do Poder Legislativo.

Após 40 anos, o quadro continuava o mesmo, segundo um parecer da Mesa Diretora de 25 de julho de 1864:

(...) Até hoje não tem a camara dos deputados um archivo regular, nem uma bibliotheca. É sabido que os membros das commissões não podem conferenciar na sala de seus trabalhos por falta até mesmo de documentos officiaes já publicados, e muitas vezes os deputados têm necessidade de trazerem de casa para as discussões volumes de leis e de obras rudimentares. (ANNAES, 1864, p. 282)

Ao final do parecer, a Mesa Diretora foi autorizada a tomar as providências necessárias para fundar uma biblioteca.

Não há registros sobre a constituição do acervo inicial da Biblioteca da Câmara, todavia acredita-se que era em número suficiente para que um ato normativo datado de 1866 determinasse a realização de um inventário de “todos os livros pertencentes à bibliotheca”, ficando dois empregados “responsáveis pela conservação e guarda do que se tivesse inventariado” (OLIVEIRA, 2003, p. 580). Vale dizer, em que pese o número de livros, a preocupação primeira, coerente com o pensamento da época, era conservar e guardar a informação e não torná-la acessível.

Com a mudança da Câmara para o prédio da *Cadeia Velha* (1891), a Biblioteca foi instalada em um espaço próprio. No período compreendido entre 1891 e 1914, seu acervo atingiu a marca dos 27 mil volumes. Segundo Oliveira, (2003, p. 581) a Biblioteca era modesta, porém das mais ricas pela seleção de suas obras, e “nella encontram farto subsidio para seus estudos tanto os Deputados como não poucas pessoas estranhas á Camara, que a frequentam”

No início do século XX, a *Resenha dos trabalhos da Primeira Sessão da Quinta Legislatura* demonstra que a preocupação em preservar o acervo persistia a ponto de a Mesa Diretora, atendendo ao pedido do funcionário responsável pela Biblioteca, não permitir mais a saída de livros do recinto devido ao fato “de se acharem desfalcadas muitas colleções de obras de valor e de serem constantemente reclamadas outras que se achavam em mãos de diversos Srs. Deputados” (ANNAES, 1904, v. 8, p. 1.286).

No mesmo ano, os deputados, por entenderem a Biblioteca “desprovida de obras de valor e importância, de revistas, jornaes, etc. “(ANNAES, 1904, v. 8, p. 1.286) liberaram um crédito para a aquisição daqueles materiais e, ao mesmo tempo, a Mesa Diretora solicitou aos governos dos estados, aos ministérios e a outras autoridades a doação de documentos para comporem o acervo bibliográfico, no que foi atendida por alguns com volumes de legislação. Houve também a intenção de se adquirir a coleção completa da legislação federal dos Estados Unidos.

Outras evidências a respeito da composição do acervo da Biblioteca são apresentadas pelo Parecer nº 20, de 1905. O documento dispõe sobre a criação na Biblioteca de “(...) uma secção especial em que se colleccionarão todos os atos dos poderes políticos dos Estados do Brasil, suas publicações oficiais e outras adquiridas a título oneroso ou gratuito (...)” (ANNAES, 1906, v. 3, p. 207).

Havia um cuidado em adquirir obras de legislação ou emanadas pelos poderes públicos, tais como relatórios, prestação de contas, mensagens presidenciais, discursos reunidos e outras. Inclusive algumas delas continuam disponíveis no acervo da Coordenação de Biblioteca como obras raras ou valiosas.

A outra evidência é manifestada pela forma de aquisição dos documentos, doação ou compra, presente no início do século XX. Isto é, já havia um reconhecimento da importância da informação o suficiente para adquiri-la mediante compra, muito embora o mesmo parecer dispusesse sobre a votação de uma resolução autorizando a Mesa Diretora “a instituir os prêmios que devam ser conferidos àquelles que por ofertas de livros e outras dádivas concorrerem para o enriquecimento da bibliotheca” (ANNAES, 1906, v. 3, p. 207).

Uma análise das informações contidas na *Synopse dos trabalhos da Câmara dos Deputados* entre os anos 1910 e 1923<sup>19</sup> permite constatar que a expansão do acervo foi afetada pelas instalações físicas da Biblioteca<sup>20</sup>. Porém, apesar desse condicionante, o acervo se expandiu tendo como principais assuntos legislação, jurisprudência, documentos parlamentares do Brasil e de outros países.

Dois comentários publicados na *Synopses* sobre o acervo apresentam indicações valorativas da antiga coleção da Biblioteca da Câmara e merecem ser destacados:

Comentário publicado na *Synopse* de 1911:

O numero de volumes existentes póde ser calculado approximadamente em 18.000, o que é ainda muito pouco: mas entre elles raro é o em que não figure nome de grande autor ou grande obra em qualquer dos principaes campos do trabalho intellectual<sup>21</sup>. (ANNAES, 1914, [v. dez.], p. 459).

Comentário publicado na *Synopse* de 1919:

São freqüentes as suas aquisições e obras que interessam ao conhecimento dos legisladores e, em particular, são dignas de menção as de direito americano, do qual é a nossa bibliotheca a mais completa da America do Sul (ANNAES, 1920, v. 12, p. 1.027).

<sup>19</sup> A *Synopse dos trabalhos da Câmara dos Deputados* é uma espécie de relatório anual das atividades da Casa, publicado no último número dos Anais da Câmara dos Deputados de cada ano. Não foi possível identificar a data inicial e final da publicação, e, para este trabalho, foram consultados os documentos referentes aos anos 1910 a 1923, com falhas.

<sup>20</sup> A Biblioteca da Câmara dos Deputados funcionou no prédio da *Cadeia Velha* desde 1891 até 1914. Depois passou a ocupar, até 1922, um espaço no Palácio Monroe, quando, em razão dos preparativos para a “Exposição Internacional do Centenário da Independência”, foi transferida para o mesmo prédio da Biblioteca Nacional, de onde sairia para ser instalada no Palácio Tiradentes, em 1926. Ocupou aquele endereço até a sua transferência para Brasília. Informações disponíveis em: <[http://www2.camara.gov.br/biblarq/conheca/copy\\_of\\_sedes.html](http://www2.camara.gov.br/biblarq/conheca/copy_of_sedes.html)> Acesso em 13 dez 2008.

<sup>21</sup> Os documentos analisados apresentam dados quantitativos imprecisos, 27 mil volumes em 1914, 18 mil em 1911 e 12 mil na *Synopse* de 1918. Acredita-se que isso se deva à ausência de inventários periódicos ou às diversas mudanças físicas sofridas pelo acervo, o que pode ter contribuído para o extravio de volumes.

A coleção também era composta por periódicos estrangeiros, e tanto a sua aquisição como a de livros estavam a cargo das casas Aillaud Alves, de Paris; Dawson, de Londres; Fratelli Broca, de Milão; e Lawxer's, de Nova York<sup>22</sup>.

Todavia a consulta aos documentos era feita apenas no recinto da Biblioteca. Essa situação foi questionada no início dos anos 50, quando o deputado Fernando Ferrari apresentou um projeto de resolução dispendo sobre o uso dos livros da Biblioteca pelos deputados. Na justificativa, o parlamentar afirma “a necessidade imperiosa, já várias vezes destaca [*sic.*] pelo primeiro signatário do projeto, de dar-se melhor função à Biblioteca da Câmara” (FERRARI, 1952, p. 10.163).

No mesmo ano e no seguinte, durante as discussões do projeto, percebe-se o conflito em manter a Biblioteca como um depósito bem organizado de livros ou um meio de acesso à informação<sup>23</sup>. Dois pronunciamentos explicitam essa idéia:

Do autor do projeto durante a primeira discussão:

Entendo que a Biblioteca deve ser um órgão vivo, realmente consultado por todos os parlamentares (...). Não compreendo porque a Câmara permanece com sua Biblioteca praticamente cerrada, sem que os Deputados possam levar os volumes para suas residências (FERRARI, 1952, p. 14.657).

Do deputado Nelson Carneiro se opondo ao autor da proposição:

Sou velho freqüentador da Biblioteca, antes mesmo de a Câmara restabelecer seus trabalhos, durante longo tempo da ditadura (...). E posso dizer que em 1937 numerosos livros de alto valor foram retirados da nossa Biblioteca sem que até hoje tenham sido restituídos. Evidentemente, essa medida, embora rigorosa, foi tomada para preservar o patrimônio que representa a Biblioteca da Câmara, desfalcada, hoje, de vários volumes de inestimável valor (CARNEIRO, 1952, p. 14.657)<sup>24</sup>.

Quando a sede da Câmara dos Deputados foi transferida para Brasília, a Biblioteca possuía um acervo de 54 mil volumes cujo acesso era restrito aos deputados. O direito de acesso às informações contidas na Biblioteca seria concedido gradativamente a toda a sociedade a partir dos anos 60<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Informações presentes nas *Synopses* de 1910 e 1911.

<sup>23</sup> Foi adotado para este trabalho dois modelos de bibliotecas: o primeiro é centrado no armazenamento de livros, isto é, na aquisição, guarda e preservação de documentos, e o outro modelo é centrado no acesso à informação. A mudança de um modelo ao outro começou a ocorrer mais visivelmente a partir da Segunda Guerra Mundial e da explosão bibliográfica gerada em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos (WEITZEL, 2002). No segundo modelo, o usuário e suas necessidades de informação se constituíram na principal referência para a elaboração das diversas atividades implícitas no desenvolvimento de coleções, sobretudo na seleção e aquisição de recursos informacionais.

<sup>24</sup> O projeto recebeu parecer contrário da Mesa Diretora e foi arquivado. Fonte: Sistema de Informações Legislativas da Câmara dos Deputados (Sileg).

<sup>25</sup> Informações disponíveis em: <[http://www2.camara.gov.br/biblarq/conheca/copy\\_of\\_sedes.html](http://www2.camara.gov.br/biblarq/conheca/copy_of_sedes.html)> Acesso em: 13 dez 2008.



## 4.2 Desenvolvimento do Acervo

A Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca foi implantada em 2002; contudo, desde os anos 80 já há registros indicando uma preocupação com a definição e implantação de tal política. É o que evidencia um discurso de 1980, pronunciado pelo deputado Alceu Collares em atenção às queixas de alguns servidores do Cedi:

No corpo da Biblioteca há um elenco de falhas, enorme, que o tempo não me vai permitir focalizar. Mas gostaria pelo menos de mencionar a falta de uma política de seleção e aquisição. Não estamos atualizando a Bibliografia especializada no campo político, econômico e social, principalmente. Aquisição de material inútil – parece que estão comprando até livro de bolso. Aquisição de catálogo inteiro de uma livraria, por imposição, e do qual não constava data de publicação das obras. Aquisição de obras em língua freqüentemente inacessível à maioria dos leitores (COLLARES, 1980, p. 10.808).

Percebem-se, a partir deste pronunciamento, critérios particulares se misturando aos procedimentos que deveriam ser essencialmente impessoais.

Procurando sanar a dificuldade causada pela ausência de critérios na seleção de publicações, na reavaliação do acervo e na realização de descartes, foi criada em 1982 uma Tabela de Parâmetros. Todavia seu uso se encerrou 10 anos mais tarde devido à falta de praticidade e utilidade. A Tabela teria sido usada apenas para avaliar publicações já adquiridas, não cumprindo, portanto o seu objetivo principal, isto é, selecionar novos documentos (SCHREIBER, 1993).

Outra ação no campo normativo também procurou resolver a mencionada dificuldade. Em 1986, o Cedi encaminhou à Mesa Diretora minuta de um ato propondo a criação da Comissão de Seleção do Acervo Bibliográfico da Câmara. Sua justificativa relatava, como consequências da falta de critérios de seleção e da inexistência de um dispositivo legal para reavaliação do acervo e descarte, o desenvolvimento inadequado das coleções, áreas destinadas a depósitos completamente saturadas e acervo desatualizado. A Comissão seria formada por funcionários conhecedores das necessidades dos usuários e dos diferentes órgãos do Congresso Nacional. A ela caberia desenvolver estudos para a fixação da política, critérios e rotina de seleção, de forma a garantir a revisão segura do acervo atual e a continuidade do seu desenvolvimento. (BRASIL, 1986).

No mesmo ano foi constituída uma comissão de seleção, em caráter emergencial, com as seguintes funções: preparar um documento-base sobre política de acervo; avaliar os documentos para o intercâmbio, separando os passíveis de doação dos materiais inservíveis com a finalidade de obter espaço físico; selecionar títulos de periódicos entre os doados e reavaliar as coleções existentes na Coordenação de Biblioteca (BRASIL. Coordenação de Biblioteca, 1986).

A análise das iniciativas mencionadas aponta para duas questões: a preocupação em desenvolver mecanismos para reavaliar o acervo presente se tornou mais premente que adotar critérios de seleção e impedir o desenvolvimento inadequado do acervo futuro.

Outra questão é o porquê de tais reavaliações. Nos documentos oficiais, a falta de espaço físico é constantemente registrada. Não se sabe se esse argumento foi utilizado para sensibilizar os gestores da Casa em relação à Coordenação de Biblioteca, por ser um argumento visivelmente provável, ou se ele é de fato a força-motriz para alterar os procedimentos de seleção bibliográfica. No entanto, é importante registrar que desenvolver uma política de seleção tendo como causa a falta de espaços físicos indica que os profissionais da Coordenação de Biblioteca administram o acervo dentro do modelo de biblioteca centrado na acumulação e armazenamento de documentos, e não no modelo de biblioteca baseado no acesso à informação.

Defende-se a ideia de que o melhor aproveitamento do espaço físico será uma das consequências, não a principal, da adoção de uma política de desenvolvimento de coleções.

A atividade de avaliação do acervo foi retomada a partir da segunda metade dos anos 90 sob os cuidados da Comissão de Seleção, agora é coordenada pela Seção de Recebimento e Controle de Publicações Oficiais (Seren)<sup>26</sup>. Avaliaram-se as coleções de periódicos, inclusive os da área médica, documentos dos organismos internacionais, coleção de livros denominada “Fixa”, livros constantes no catálogo extinto BICD, coleção de referência e acervo geral. Em algumas destas avaliações se contou com o apoio de especialistas<sup>27</sup>, nas demais, realizaram-se forças-tarefa com diversos profissionais do Cedi.

---

<sup>26</sup> A Comissão de Seleção era composta informalmente por profissionais da Coordenação de Biblioteca. Em 2000 ela passou a contar com a participação de representantes da Consultoria Legislativa

<sup>27</sup> A avaliação da coleção “Fixa” contou com o apoio do prof. Antonio Briquet de Lemos e do consultor José Theodoro Mascarenhas Menck. Os periódicos médicos foram avaliados com o apoio de profissionais do Departamento Médico.

Entre os anos 1996 e 2002 foram avaliados 22.531 documentos. Destes, 2.735 foram descartados<sup>28</sup>.

Paralelamente a essas atividades, a Comissão de Seleção prosseguiu incorporando ao acervo documentos julgados relevantes aos interesses da Casa. Os livros novos eram identificados em catálogos de editoras, no catálogo da extinta Rede Sabi, posteriormente Rede Virtual de Bibliotecas (Rede Rvbi), resenhas literárias de jornais e revistas e sugeridos por servidores. Todavia, o critério de seleção era “cobrir o núcleo básico do acervo da Biblioteca (Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública) com os livros considerados essenciais” (BRASIL, 2001, f. 2).

Em outras palavras, compravam-se obras que tratassem dos assuntos pertinentes àquelas áreas do conhecimento desde que não constassem no acervo, incluindo-se as novas edições e, em alguns casos, novas tiragens. As sugestões feitas por consultores, independentemente do assunto, eram adquiridas, sendo tal aquisição condicionada apenas à disponibilidade do item no mercado livreiro. O mesmo critério era adotado para as publicações doadas [informação verbal]<sup>29</sup>.

No período compreendido entre 1996 e 2002 foram selecionados para compra 18.181 livros e incorporadas ao acervo 21.292 doações.

A necessidade de se estabelecer “uma política de seleção com critérios definidos em documento escrito, elaborado pela própria Comissão para tornar o trabalho de seleção mais coerente, eficiente e objetivo” foi registrada no Relatório da Seren de 1998. (BRASIL, 1998, f. 10). Porém nenhum dos documentos analisados - relatórios, ofícios, minuta de ato legal, mencionam a importância de se fazer estudos a fim de se conhecer os tipos de informações necessárias ao processo legislativo, suas fontes e seus formatos.

Este conhecimento, pelo que foi possível constatar no teor da minuta do ato mencionado anteriormente, faria parte das qualidades inerentes aos membros da Comissão de Seleção. (BRASIL, 1986).

A Comissão de Seleção iniciou a elaboração da Política de Desenvolvimento de Coleções em 1999 e a finalizou em 2002. Portanto, a partir de 2003 a Coordenação de

---

<sup>28</sup> Foram analisadas as informações dos relatórios da Seren referentes aos anos 1996 a 2002. Não há registro dos números de livros descartados para o período 1999 a 2001 muito embora tenham sido feitas avaliações. Os documentos estão disponíveis nos arquivos daquela Seção.

<sup>29</sup> Notícias fornecidas pela coordenadora da Comissão de Seleção entre os anos 1998 e 2004, em dezembro de 2008.

Biblioteca passou a contar com uma ferramenta para selecionar e adquirir materiais bibliográficos. Resta saber então, se as suas finalidades estão sendo alcançadas.

## 5 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DA COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposta deste capítulo é primeiramente descrever a atual Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca registrada em documento (ver Anexo A) e ao mesmo tempo apresentar o processo de fato.

No segundo tópico, descrevem-se pontos das políticas de desenvolvimento de coleções de outras bibliotecas legislativas visando a destacar características possíveis de serem incorporadas aos procedimentos da Coordenação de Biblioteca.

Foram analisadas as políticas das bibliotecas do Senado Federal do Brasil (SF), da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), do Congresso Nacional do Chile (BCN), do Parlamento canadense e australiano.<sup>30</sup>

A duas primeiras bibliotecas foram selecionadas para o presente estudo por compartilharem os seus respectivos acervos com a Coordenação de Biblioteca da Câmara, por meio da Rede Rvbi. As demais foram selecionadas com base em contatos prévios. Infelizmente apenas as mencionadas forneceram dados suficientes para a análise.

O terceiro tópico descreve os procedimentos metodológicos aplicados na coleta de dados, apresenta os resultados e as análises.

### 5.1 Descrição da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca

O objetivo geral da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca é determinar as diretrizes e as normas que visam estabelecer ações, estratégias e critérios para a tomada de decisões referentes ao desenvolvimento racional e equilibrado do acervo, em consonância com os objetivos da Instituição.

Os objetivos específicos são: orientar os membros da Comissão de Seleção visando à coerência e à consistência do acervo; garantir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas temáticas definidas; estabelecer critérios para aquisição

---

<sup>30</sup> Além das bibliotecas mencionadas, foram solicitados também os documentos das bibliotecas da Assembléia Portuguesa, da Câmara dos Deputados da Argentina e do Congresso dos Deputados da Espanha sem sucesso.

de publicações para órgãos administrativos da Casa, a título de Coleção Depositada; estabelecer a política de descarte.

No documento da Política, os critérios gerais de seleção de publicações a partir do assunto foram divididos em dois núcleos: o núcleo básico é formado pelos temas das áreas do Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública. O núcleo complementar reúne obras cujos assuntos tratam de políticas sociais, Educação, relações exteriores, defesa nacional, infraestrutura, História, Geografia, Língua e Literatura, biografias, Artes e Ciência da Informação.

A aquisição ou não de um título novo deve atender prioritariamente ao critério assunto. Se o assunto do documento avaliado está entre aqueles, poderá ser adquirido. Porém a decisão final levará em conta também critérios específicos, os quais não são objetos deste estudo<sup>31</sup>.

As fontes consultadas para a seleção de novas publicações são bases de dados, catálogos de editores ou livrarias, resenhas literárias de revistas e jornais, feiras e exposições de livros, páginas da Internet, lista de novas aquisições, boletins bibliográficos de bibliotecas e sugestões de clientes.

Na prática, são realizados constantes levantamentos dos títulos novos em catálogos eletrônicos das grandes editoras que cobrem a área de Direito, nas páginas eletrônicas de livrarias e em resenhas literárias de jornais e revistas.

Atualmente, um título constante no catálogo da Rede Rvbi, mas não no acervo da Coordenação, poderá ser adquirido ou não, dependendo do julgamento da Comissão quanto ao grau de pertinência temática, ou seja, está se tentando um melhor compartilhamento dos recursos informacionais disponíveis nos acervos da Rede.

Quanto aos livros estrangeiros, geralmente são selecionados quando indicados pelos consultores. A aquisição final de um documento estrangeiro está condicionada à sua disponibilidade no mercado livreiro internacional, aliada à capacidade do livreiro de atendê-la.

Importante ressaltar que nos últimos dez anos, os recursos orçamentários reservados para a compra de materiais informacionais não constituíram limites à aquisição final de um documento [informação verbal].<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Os critérios específicos abordam aspectos qualitativos das publicações e são divididos em três níveis: completeza, pesquisa e básico. Também são levados em conta os aspectos autoridade, precisão, atualidade, cobertura/tratamento do assunto e idioma dos materiais.

<sup>32</sup> Notícias fornecidas pelas coordenadoras da Comissão de Seleção a partir de 2004, em dezembro de 2008.

## 5.2 Análise Descritiva de Políticas de Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Legislativas

A função básica de toda biblioteca legislativa é servir como fonte de informação para o Parlamento em apoio às suas funções constitucionais (ROBINSON, 1996). Em termos práticos, essa função é realizada por meio dos materiais que a biblioteca dispõe ou acessa. Logo, os objetivos da Política de Desenvolvimento de Coleções devem possibilitar a expansão de um acervo capaz de atender prioritariamente aquela função.

Os critérios de seleção por assuntos estabelecidos pelas políticas das bibliotecas da Câmara, Senado e CLDF estão plenamente de acordo com os dados da literatura no que diz respeito aos assuntos que devem abordar (BRASIL, 2007; DISTRITO FEDERAL, 2005).

Os documentos das três bibliotecas dividem os respectivos acervos em dois núcleos: básico e complementar. O núcleo básico é composto principalmente por obras das áreas do Direito. A Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados e a Biblioteca do SF selecionam, conforme suas políticas, obras de todas as áreas do Direito indistintamente.

As outras disciplinas que compõem o núcleo básico da Biblioteca do SF são Administração Pública, Ciência Política e biografias.

A Biblioteca da CLDF se limita a algumas áreas do Direito e expande o núcleo básico para as matérias regimentalmente atribuídas às comissões permanentes daquela Casa: processo legislativo, técnica legislativa, administração pública, política e governo, políticas públicas, Economia, orçamento e finanças, fiscalização e controle, assuntos sociais, infraestrutura, segurança pública e Ciência e Tecnologia.

Partindo do pressuposto que as características do Poder Legislativo exigem um acervo multidisciplinar, as três bibliotecas definiram em suas políticas um núcleo complementar onde se inserem todos os demais assuntos.

A BCN possui um acervo básico composto por obras de legislação do país, processo legislativo, jurisprudência, legislação estrangeira, doutrinas nacionais e estrangeiras, publicações governamentais, estatísticas e diversos temas nacionais em constante mudança (CHILE, 2007).

A sua Política de Desenvolvimento de Coleções é realizada por meio de uma planilha denominada *Matriz de Desarrollo de Colección de la Biblioteca del Congreso Nacional de Chile* (ver Anexo B). Nesta planilha, cada assunto principal foi dividido em

vários assuntos relacionados que receberam uma pontuação que varia conforme a emergência do assunto no Congresso. A soma desta pontuação mais outros pontos referentes a critérios específicos determinarão a aquisição ou não do documento.

A política da BCN assinala os documentos que não devem ser adquiridos: literatura infantil, materiais didáticos e escolares, documentos sobre assuntos que não são discutidos no Congresso ou muito especializados, ciências puras e literatura, com exceção de prêmios Nobel e prêmios nacionais.

A política da biblioteca do Parlamento canadense divide os recursos a serem adquiridos em duas principais categorias. Na primeira categoria estão os documentos que devem obrigatoriamente constar do acervo daquela instituição: publicações do Parlamento canadense, inclusive *papers*; obras sobre a história e desenvolvimento do Parlamento, relatórios anuais dos departamentos e órgãos do governo, publicações da própria Biblioteca, estatísticas, materiais dos parlamentos subnacionais, materiais dos partidos políticos, livros, artigos de jornais e revistas, inclusive de outras mídias, escritos pelos parlamentares atuais (CANADÁ, 200?).

Na segunda categoria estão os recursos passíveis de seleção: obras sobre a história do Canadá, artigos, discursos ou entrevistas sobre o trabalho no Parlamento ou sobre os parlamentares; materiais de parlamentos estrangeiros assim como as respectivas legislações (Nova Zelândia, França, Reino Unido e EUA); materiais de organizações internacionais das quais o Canadá é membro e tratados internacionais.

Os critérios de seleção neste caso são o reconhecimento do autor, a qualidade editorial, a atualidade, a confiabilidade e a relevância do assunto.

Os profissionais da biblioteca do Parlamento australiano optaram por definir em sua política duas coleções prioritárias: uma coleção de documentos primários composta por publicações do Parlamento, legislação do país e da Comunidade (*Commonwealth*), peças do orçamento, estatísticas, documentos dos processos eleitorais, relatórios dos órgãos governamentais, materiais dos parlamentares e sobre eles publicados ou veiculados nos meios de comunicação, publicações da biblioteca, documentos dos partidos políticos e dos parlamentares independentes, jornais diários, matérias publicadas ou veiculadas na imprensa sobre assuntos atuais, publicações da ONU, série de tratados australianos e materiais de pesquisa de opinião pública (AUSTRÁLIA, 2008).

A coleção de materiais secundários é composta pelos documentos sobre os assuntos: desenvolvimento político e serviços governamentais; legislação comentada;



fatos relevantes, tais como estatísticas, relatórios ou análises sobre a história, situação atual ou tendências futuras de determinadas áreas e assuntos emergentes; documentos acerca de políticas sociais em determinadas áreas, da Austrália, Ásia, Europa, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Pacífico do Sul.

Igualmente os profissionais selecionam como recursos opcionais publicações sobre os assuntos relevantes ao Parlamento e que não se inserem em ambas as coleções.

As bibliotecas estrangeiras mencionadas não compartilham do pressuposto acerca da multidisciplinaridade do acervo legislativo. Elas não pré-determinam os assuntos que poderão ser relevantes aos respectivos parlamentos. Decidiram, no caso das bibliotecas dos Parlamentos canadense e australiano, por desenvolverem mecanismos de acompanhamento dos assuntos emergentes ou tendentes a sê-lo tanto no Parlamento quanto fora dele.

Publicações sobre as áreas do Direito, tratadas como básicas nas políticas das bibliotecas legislativas sediadas em Brasília, não são o foco principal das instituições canadense e australiana.

As políticas da Biblioteca do SF, assim como a da Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados, atribuem a responsabilidade pela tomada de decisão, comprar ou não o item, à Comissão de Seleção.

A Biblioteca da CLDF, por sua vez, possui, além da Comissão de Avaliação de Desenvolvimento da Coleção Bibliográfica, um comitê de usuários. Compete aos dois órgãos a avaliação e seleção de obras, e somente ao primeiro a tomada de decisão mencionada no parágrafo anterior.

Destaca-se entre as atribuições dessas comissões o acompanhamento dos trabalhos legislativos para identificar os assuntos discutidos nas Casas. No entanto, os documentos não definem como e com quais instrumentos tal acompanhamento seria realizado; da mesma forma não mencionam a importância de acompanhar os assuntos externos ao ambiente parlamentar e que podem repercutir nas respectivas Casas Legislativas.

A BCN optou por centralizar todo o processo relativo às novas aquisições na *Sección Desarrollo de Colecciones*. Todavia seu documento de Política não esclarece quais são as fontes consultadas.

A política da biblioteca do Parlamento canadense atribui a decisão de adquirir ou não um documento aos profissionais da área de Desenvolvimento de Coleções. Eles são

responsáveis por acompanhar três áreas temáticas: comércio, governo e assuntos estrangeiros ou internacionais.

Há também um comitê de seleção, *Electronic Selection Committee* - formado por bibliotecários, pesquisadores e técnicos, responsável por receber sugestões e auxiliar no processo de seleção com recomendações.

O documento da política dessa biblioteca não menciona fontes de seleção, mas estabelece que os profissionais responsáveis pela atividade devem estar atualizados em relação a suas áreas. Essa atualização se dá por meio da leitura de periódicos, jornais, serviços de alertas eletrônicos, etc. Eles contam ainda com o auxílio dos profissionais do serviço de pesquisa responsáveis por indicar documentos bem como encaminhar as sugestões dos seus respectivos clientes. As questões apresentadas à biblioteca também são indicadores de assuntos a serem contemplados com novas aquisições.

O processo de seleção da biblioteca do Parlamento australiano é descentralizado, e as sugestões podem ser feitas pelos profissionais da biblioteca, por seus clientes e pelo Fórum de Usuários. As sugestões são entregues ao diretor da biblioteca ou ao administrador da coleção ou ainda ao serviço encarregado de providenciar a aquisição ou empréstimo dos documentos que estão contemplados pela política. Ressalte-se que esta biblioteca conta com o apoio da Biblioteca Nacional do país. Portanto, as demandas também são atendidas com documentos desta instituição.

Para identificar assuntos emergentes recorrem aos especialistas da área de pesquisa. Igualmente, utilizam os pedidos de informação como indicadores de assuntos relevantes.

### 5.3 Análise Empírica da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca

#### 5.3.1 Descrição da Metodologia

A abordagem utilizada neste estudo para avaliar os critérios de seleção de documentos, sob o critério assunto, não está presente na literatura. Optou-se por adotá-la após verificar que os diversos métodos relatados não atendem aos objetivos do trabalho.

O emprego dos métodos classificados como quantitativos requer a obtenção de diversos dados estatísticos ausentes tanto na Coordenação de Biblioteca quanto nos demais órgãos subordinados ao Cedi, tais como dados sobre uso da coleção e sobre o perfil do usuário real. Melhor dizendo, dados sobre quem usa o que e com qual finalidade.

A utilização dos métodos qualitativos é igualmente inviável devido à indisponibilidade de tempo e recursos financeiros para a elaboração do estudo.

Sendo assim, foram realizados dois levantamentos de dados e, em seguida, cruzados os principais resultados a fim de verificar se os conteúdos dos livros adquiridos apresentam algum tipo de relação com os temas abordados na Casa.

O primeiro levantamento consistiu em identificar os assuntos dos livros selecionados e adquiridos por compra entre os anos 2000 e 2007<sup>33</sup>.

Os títulos dos livros analisados estão registrados nos documentos de “encomendas”, os quais compõem os processos administrativos de compras do mesmo período<sup>34</sup>. Preferiram-se as encomendas em detrimento às notas fiscais, posto que estas apresentam dados abreviados ou incompletos, e em alguns casos manuscritos, dificultando o processo de identificação do título. As encomendas, por outro lado, contêm autor, título e editora como dado obrigatório, mais edição e ano. Na dúvida se o item realmente foi adquirido ou não, consultou-se a nota fiscal.

Outro critério adotado nesse levantamento foi eliminar, sempre que encontrados, os títulos adquiridos para atenderem demandas dos setores da Casa, pois os pedidos por si justificam tais aquisições.

A identificação dos assuntos propriamente dita foi realizada consultando a Rede Rvbi/catálogo da Coordenação de Biblioteca, por meio do sistema Aleph. Em caso de dúvidas entre o título/autor listado na encomenda e os títulos/autores idênticos disponíveis na Rede Rvbi, observaram-se os dados de editora, ano e edição. Consideraram-se documentos correspondentes aqueles nos quais três dados, no mínimo,

---

<sup>33</sup> Até 1998 a aquisição era feita por licitação na modalidade carta-convite. A partir de então, a Coordenação de Biblioteca começou a comprar livros utilizando os serviços de um único fornecedor ou livreiro. A seleção da empresa é realizada conforme a Lei 8.666/1993. Ganha aquela que apresentar o maior desconto sobre o preço praticado no mercado nacional, para livros nacionais, e o menor acréscimo sobre o preço praticado no mercado internacional, para livros estrangeiros. Por essa nova modalidade foi possível melhorar o processo de compra, eliminando uma parcela da morosidade comum à forma anterior. Para comprovar a tese, ver os relatórios anuais da Seção de Aquisição da Coordenação.

<sup>34</sup> As encomendas mencionadas compõem os seguintes processos da Seção de Aquisição da Coordenação de Biblioteca: 118.207/1998, 128.316/1999, 123.245/2000, 101.501/2002, 103.950/2003, 106.165/2004, 106.176/2005, 101.430/2005, 107.196/2005.

coincidissem. Persistindo a dúvida, recorreu-se ao Módulo Administrativo de Aquisição, do sistema Aleph, para verificar se a data de tomo do documento estava de acordo com a data da encomenda. Confirmado o título, registrou-se o número de classificação/assunto que lhe foi atribuído<sup>35</sup>.

Foram identificados os assuntos 18.833 livros, de um total de 21.261 documentos. A diferença se explica pela desconsideração dos títulos comprados como coleção depositada e dos títulos que não atenderam aos critérios propostos para identificação.

Os resultados do levantamento serão apresentados juntamente com as análises no próximo tópico.

A fim de identificar os assuntos abordados na Casa, fez-se um levantamento dos conteúdos temáticos dos projetos de lei ordinária (PLs), relatados entres os anos 2000 e 2007 pelas comissões permanentes que oferecem parecer de mérito às proposições<sup>36</sup>. Ressalta-se, porém que o levantamento tratou de assuntos no passado com o objetivo único de analisar a efetividade dos critérios de seleção, ou seja, não propõe que os mesmos assuntos sejam constantes na Câmara.

A escolha da fase de relatoria do PL se justifica por entender o relator, sob a perspectiva informacional, “como um agente de sua comissão, cuja incumbência é coletar e compartilhar informação sobre o impacto de uma política específica” (SANTOS; ALMEIDA, 2005, p. 701).

No caso dos projetos de lei, os respectivos assuntos foram identificados a partir das matérias regimentalmente atribuídas às comissões permanentes<sup>37</sup>.

A distribuição das matérias às Comissões é feita por despacho do Presidente (RICD, art. 139, *caput*). Na prática, a classificação dos assuntos é realizada pelos servidores da Secretaria-Geral da Mesa.

Os dados relativos às “proposições relatadas pela comissão X” foram obtidos por meio do Sistema de Informações Legislativas (Sileg).

O Sileg é um sistema que visa acompanhar e registrar as informações geradas pela Câmara ao longo do processo legislativo. O sistema apresenta duas versões: a

---

<sup>35</sup> A Coordenação de Biblioteca adota a tabela de Classificação Decimal Universal, CDU. A Seção de Catalogação e Classificação é o setor responsável pela atividade.

<sup>36</sup> De acordo com Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), art. 126, parecer é a proposição com que uma Comissão se pronuncia sobre qualquer matéria sujeita a seu estudo. O parecer de mérito dispõe apenas sobre a matéria da proposta, excluindo-se, portanto, os aspectos orçamentários, constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa.

<sup>37</sup> Ver. RICD, art. 32, das Matérias ou Atividades de Competência das Comissões.

primeira está disponível no portal da Câmara dos Deputados para o público em geral, e a segunda é limitada a alguns setores da Casa.

Os dados deste trabalho foram coletados por meio da versão interna, pois ela possibilita a construção de estratégias diversificadas o que é inviável na versão pública.

Utilizou-se a seguinte estratégia<sup>38</sup>.

No *Módulo Proposição* a pesquisa limitou-se ao período de 2000-2007 e ao tipo de proposição *PL*, e no campo de retorno dos resultados, *retornar todas as proposições* (ativas e inativas).

No *Módulo Andamento*, limitou-se ao período de 01/01/2000 a 31/12/2000, alterando-se o ano a cada levantamento.

No campo *Expressão Textual* deste módulo utilizaram-se os termos *parecer and mérito* (CCJC e CFT) e somente *parecer* para as demais comissões permanentes.

Por último, no campo *Órgão* foram selecionadas as siglas das comissões permanentes a cada levantamento.

### 5.3.2 Apresentação e Análise dos Resultados

Os dados do levantamento “conteúdos temáticos dos livros” estão descritos em três grupos. No primeiro grupo são tratados todos os dados coletados; no segundo, os dados pertencentes à classe Ciências Sociais; e, no terceiro, os dados das classes temáticas que compõem o núcleo básico do acervo da Coordenação de Biblioteca, Direito, Economia, Ciência Política e Administração Pública.

Os conteúdos temáticos dos livros identificados estão organizados nas nove classes<sup>39</sup> temáticas da CDU, de acordo com a Tabela 1.

---

<sup>38</sup> Foram utilizadas diversas estratégias obtendo-se resultados distintos. A presente estratégia foi desenvolvida com o apoio dos servidores do Prolegis.

<sup>39</sup> Adotam-se os termos “classe” para as classes gerais da CDU; “subclasses”, para as suas divisões; e “áreas” para as divisões das subclasses.

Tabela 1 - Livros comprados por classes temáticas - 2000-2007

<b>CLASSES DA CDU</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Ciências Sociais - 3</b>	757	1344	2100	1976	1855	1945	2701	553	<b>13231</b>	<b>70,25</b>
<b>Língua, Linguística, Literatura - 8</b>	117	183	325	355	298	121	116	35	<b>1550</b>	<b>8,23</b>
<b>Geografia, Biografia, História - 9</b>	107	94	224	241	197	106	121	20	<b>1110</b>	<b>5,89</b>
<b>Ciências Aplicadas, Medicina, tecnologia - 6</b>	38	114	193	171	186	113	123	34	<b>972</b>	<b>5,16</b>
<b>Generalidades, conhecimento, informação - 0</b>	40	65	95	86	93	69	75	23	<b>546</b>	<b>2,90</b>
<b>Matemática, Ciências Naturais - 5</b>	28	40	73	69	86	86	85	18	<b>485</b>	<b>2,58</b>
<b>Filosofia, Psicologia - 1</b>	40	42	75	81	91	57	67	18	<b>471</b>	<b>2,50</b>
<b>Artes, recreação, esportes - 7</b>	15	28	45	58	44	34	41	10	<b>275</b>	<b>1,46</b>
<b>Religião, Teologia - 2</b>	20	28	41	28	38	13	22	3	<b>193</b>	<b>1,02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1162</b>	<b>1938</b>	<b>3171</b>	<b>3065</b>	<b>2888</b>	<b>2544</b>	<b>3351</b>	<b>714</b>	<b>18833</b>	<b>100%</b>

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Observa-se que, para o período, a classe Ciências Sociais é a maior beneficiada com aquisições de livros, tanto antes quanto depois do estabelecimento da Política de Desenvolvimento de Coleções, com uma média de 70% do total de aquisições. Interessante observar que esta média somente foi alcançada a partir de 2005, vale dizer, dois anos após o documento da política estabelecer critérios formais de seleção.

Na Tabela 2 verifica-se mais claramente o exposto acima. Da mesma forma, as classes Língua, Linguística e Literatura (classe 8) e Geografia, Biografia e História (classe 9) apresentam as porcentagens de aquisições reduzidas a partir de 2005. Todavia ambas são mais beneficiadas com aquisições que subclasses das Ciências Sociais, consideradas básicas pela Política de Desenvolvimento de Coleções, como será demonstrado adiante.

Tabela 2 – Livros comprados por classes temáticas – médias anuais (distribuição percentual) - 2000-2007

<b>CLASSES DA CDU</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>
<b>Ciências Sociais - 3</b>	65,15	69,35	66,23	64,47	64,23	76,45	80,60	77,45	<b>70,25</b>
<b>Língua, Linguística, Literatura - 8</b>	10,07	9,44	10,25	11,58	10,32	4,76	3,46	4,90	<b>8,23</b>
<b>Geografia, Biografia, História - 9</b>	9,21	4,85	7,06	7,86	6,82	4,17	3,61	2,80	<b>5,89</b>
<b>Ciências Aplicadas, Medicina, tecnologia – 6</b>	3,27	5,88	6,09	5,58	6,44	4,44	3,67	4,76	<b>5,16</b>
<b>Generalidades, conhecimento, informação - 0</b>	3,44	3,35	3,00	2,81	3,22	2,71	2,24	3,22	<b>2,90</b>
<b>Matemática, Ciências Naturais - 5</b>	2,41	2,06	2,30	2,25	2,98	3,38	2,54	2,52	<b>2,58</b>
<b>Filosofia, Psicologia – 1</b>	3,44	2,17	2,37	2,64	3,15	2,24	2,00	2,52	<b>2,50</b>
<b>Artes, recreação, esportes - 7</b>	1,29	1,44	1,42	1,89	1,52	1,34	1,22	1,40	<b>1,46</b>
<b>Religião, Teologia - 2</b>	1,72	1,44	1,29	0,91	1,32	0,51	0,66	0,42	<b>1,02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

A classe temática Ciências Sociais está organizada em 10 subclasses, conforme a Tabela 3. Entre estas, destaque para as subclasses de Direito, Economia e Ciência Política com maior número de aquisições. As três subclasses, juntamente com a subclasse de Administração Pública, passaram a compor o núcleo básico do acervo com a implantação da Política de Desenvolvimento de Coleções, em 2002. Juntas, representam quase 90% das aquisições em Ciências Sociais.

Tabela 3 – Aquisições em Ciências Sociais – 2000-2007

<b>CIÊNCIAS SOCIAIS</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Direito, jurisprudência - 34</b>	321	720	1103	1032	918	1172	1490	351	<b>7107</b>	<b>53,71</b>
<b>Economia – 33</b>	238	341	492	457	427	348	564	104	<b>2971</b>	<b>22,45</b>
<b>Política – 32</b>	72	79	153	159	158	162	213	32	<b>1028</b>	<b>7,77</b>
<b>Administração Pública – 35</b>	23	68	105	93	84	82	159	25	<b>639</b>	<b>4,83</b>
<b>Assistência social, previdência, seguridade – 36</b>	33	30	80	70	66	74	81	15	<b>449</b>	<b>3,39</b>
<b>Demografia, Sociologia, Estatística - 31</b>	19	45	70	67	77	38	99	12	<b>427</b>	<b>3,23</b>
<b>Educação, ensino – 37</b>	18	19	38	46	60	29	46	6	<b>262</b>	<b>1,98</b>
<b>Etnologia, Etnografia, costumes – 39</b>	17	25	36	32	27	20	24	5	<b>186</b>	<b>1,41</b>
<b>Ciências Sociais relacionadas a outras áreas – 3</b>	15	17	23	19	37	20	25	3	<b>159</b>	<b>1,20</b>
<b>Metrologia, pesos e medidas - 38</b>	1	0	0	1	1	0	0	0	<b>3</b>	<b>0,02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>757</b>	<b>1344</b>	<b>2100</b>	<b>1976</b>	<b>1855</b>	<b>1945</b>	<b>2701</b>	<b>553</b>	<b>13231</b>	<b>100</b>

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

As classes Língua, Linguística e Literatura e Geografia, Biografia e História, não obstante as áreas constituírem o núcleo complementar do acervo, apresentam uma disparidade quando se comparam os totais de suas aquisições aos de subclasses consideradas básicas ou complementares. Os dados são apresentados na Figura 5.



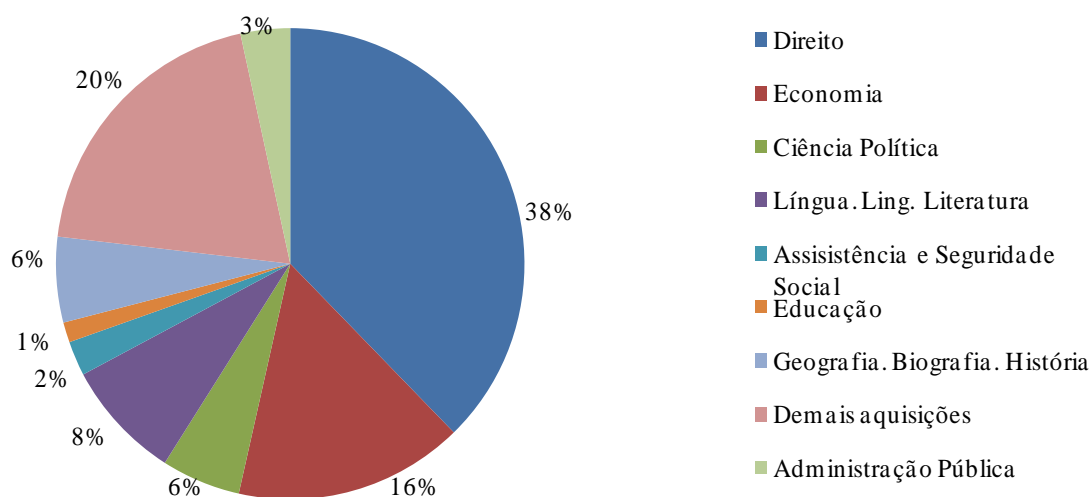


Figura 5 – Aquisições para o Núcleo Básico x Núcleo Complementar - 2000-2007

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Ciência Política (6%) e Administração Pública (3%), ambas as subclasses das Ciências Sociais, embora façam parte do núcleo básico, apresentam menos aquisições que as classes de Língua, Linguística e Literatura (8%) e Geografia, Biografia e História (6%).

As subclasses de Educação (1%) e Assistência e Seguridade Social (2%) igualmente compõem o núcleo complementar, no entanto são pouco beneficiadas, levando-se em conta os investimentos feitos nas duas classes complementares, porém não classificadas entre as Ciências Sociais.

Considerando tais dados, conclui-se que os critérios para seleção de livros por assunto estão possibilitando o desenvolvimento de um acervo de fato especializado em Ciências Sociais. Porém quando se observam as subclasses das Ciências Sociais, constata-se que a ênfase em aquisições tem sido dada, para o período em análise, ao Direito e, em menor número, à Economia.

Outra constatação se refere ao objetivo geral da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca - *desenvolvimento racional e equilibrado do acervo, em consonância com os objetivos da Instituição*: compram-se mais livros de algumas classes e subclasses, independentemente se serem básicas ou complementares e bem menos de outras, também básicas ou complementares.

Os dados pertinentes ao núcleo básico - Direito, Economia, Ciências Políticas e Administração Pública - estão organizados nas Tabelas 4 a 9.

A subclasse de Direito é, entre todas as áreas básicas ou complementares, classes ou subclasses, a maior beneficiada com aquisições no período em análise. Isto significa que os profissionais do Cedi, antes e depois do estabelecimento de critérios formais de seleção, entendem os assuntos ligados ao Direito como os mais relevantes à Câmara dos Deputados. Todavia, quando se analisam os dados relativos a tais assuntos, percebe-se novamente a falta de equilíbrio nas compras de livros.

Os dados referentes a esta subclasse estão organizados em oito áreas, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Aquisições em Direito – 2000-2007

<b>DIREITO</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Direito Civil - 347</b>	172	299	466	496	433	537	647	161	<b>3211</b>	<b>45,18</b>
<b>Direito Público - 342</b>	52	150	222	187	166	224	348	64	<b>1413</b>	<b>19,88</b>
<b>Direito Penal - 343</b>	54	153	209	175	162	252	258	77	<b>1340</b>	<b>18,85</b>
<b>Direito em geral, Propedêutica - 340</b>	19	68	96	93	88	78	123	30	<b>595</b>	<b>8,37</b>
<b>Direito Internacional - 341</b>	15	27	50	42	32	45	69	11	<b>291</b>	<b>4,09</b>
<b>Direito relacionado a outras áreas, jurisprudência - 34</b>	8	18	48	31	34	33	41	6	<b>219</b>	<b>3,08</b>
<b>Direito Penal especial e Militar - 344</b>	1	2	9	5	2	2	3	0	<b>24</b>	<b>0,34</b>
<b>Direito Canônico e assuntos diversos – 348 e 349</b>	0	3	3	3	1	1	1	2	<b>14</b>	<b>0,20</b>
<b>Total</b>	<b>321</b>	<b>720</b>	<b>1103</b>	<b>1032</b>	<b>918</b>	<b>1172</b>	<b>1490</b>	<b>351</b>	<b>7107</b>	<b>100%</b>

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

A parte do acervo sobre Direito Civil foi enriquecida com 45% do total de livros adquiridos sobre Direito; seguida pelas áreas do Direito Público (19,8%) e Direito Penal (18,8%). O total das aquisições para as três áreas representa 83,92% de todas as aquisições para a subclasse Direito. As áreas compõem o núcleo básico do acervo da Coordenação de Biblioteca, contudo é necessário identificar as causas que geram a

desproporção entre o número de aquisições para estas áreas e as demais áreas do Direito, também pertencentes ao núcleo básico.

Os dados referentes aos livros sobre Economia estão organizados igualmente em oito áreas.

Tabela 5 - Aquisições em Economia – 2000-2007

<b>ECONOMIA</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Finanças públicas, impostos, bancos [Direito Tributário] - 336</b>	43	109	184	128	128	125	201	43	<b>961</b>	<b>32,34</b>
<b>Trabalho, emprego [Direito do Trabalho] - 331</b>	115	112	132	163	143	109	157	30	<b>961</b>	<b>32,34</b>
<b>Relações econômicas internacionais – 339</b>	16	39	68	50	40	56	71	11	<b>351</b>	<b>11,82</b>
<b>Política e planejamento econômico – 338</b>	21	25	36	41	41	21	69	10	<b>264</b>	<b>8,89</b>
<b>Teorias econômicas - 330</b>	30	23	41	36	41	19	26	2	<b>218</b>	<b>7,34</b>
<b>Economia [Direito Econômico] - 33</b>	9	22	22	26	13	11	20	5	<b>128</b>	<b>4,31</b>
<b>Acordos para atividades econômicas, cooperativismo - 334</b>	3	6	5	7	8	4	14	3	<b>50</b>	<b>1,68</b>
<b>Economia da terra e da propriedade - 332</b>	1	5	4	6	13	3	6	0	<b>38</b>	<b>1,28</b>
<b>Total</b>	<b>238</b>	<b>341</b>	<b>492</b>	<b>457</b>	<b>427</b>	<b>348</b>	<b>564</b>	<b>104</b>	<b>2971</b>	<b>100</b>

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Observa-se que, das oito áreas, cinco receberam maiores investimentos em recursos informacionais, isto é, 90% dos livros comprados no período em análise se concentram em cinco áreas – finanças públicas, Direito do Trabalho, relações econômicas internacionais, política e planejamento econômico e teorias econômicas.

Destaca-se que as duas áreas com maiores aquisições (64,68%) são compostas por livros das áreas de Direito Tributário e Direito do Trabalho. Isto ocorre porque a Coordenação de Biblioteca optou por classificar tais documentos sob o assunto principal

- tributação e trabalho - mais o aspecto legal. Portanto, a mencionada ênfase atribuída a Economia pode ser questionada.

A próxima subclasse, Ciência Política, apresenta comportamento similar a anterior, isto é, cinco das dez áreas sob as quais os dados estão organizados contêm mais de 90% das aquisições. Novamente é perceptível a ausência de equilíbrio nas aquisições de livros.

Tabela 6 - Aquisições em Ciência Política – 2000-2007

<b>CIÊNCIA POLÍTICA</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Política – 32</b>	28	30	45	30	46	41	67	11	<b>298</b>	<b>28,99</b>
<b>Formas de organização política - 321</b>	14	26	41	30	43	38	49	10	<b>251</b>	<b>24,42</b>
<b>Relações internacionais – 327</b>	7	3	16	49	34	40	37	6	<b>192</b>	<b>18,68</b>
<b>Política interna – 323</b>	7	4	23	19	14	12	21	0	<b>100</b>	<b>9,73</b>
<b>Partidos e movimentos políticos – 329</b>	10	10	14	9	9	10	20	1	<b>83</b>	<b>8,07</b>
<b>Eleições, campanhas eleitorais – 324</b>	1	2	6	4	3	9	5	0	<b>30</b>	<b>2,92</b>
<b>Escravidão – 326</b>	2	1	3	9	5	3	4	1	<b>28</b>	<b>2,72</b>
<b>Migração, colonização – 325</b>	1	2	3	8	3	5	2	2	<b>26</b>	<b>2,53</b>
<b>Parlamentos, representação do povo</b>	2	1	2	1	1	2	6	1	<b>16</b>	<b>1,56</b>
<b>Política religiosa – 322</b>	0	0	0	0	0	2	2	0	<b>4</b>	<b>0,39</b>
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>79</b>	<b>153</b>	<b>159</b>	<b>158</b>	<b>162</b>	<b>213</b>	<b>32</b>	<b>1028</b>	<b>100</b>

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Aquisições acerca dos assuntos de Administração Pública, a despeito de serem considerados básicos, não têm recebidos os mesmos investimentos de outras subclasses, como já apontado. Quando organizados em sete áreas, constata-se uma forte concentração de livros em apenas duas: Administração Pública e Governo (44,2%) e Servidor Público (40,5%). Os demais assuntos ligados à subclasse são pouco ou quase nada beneficiados com aquisições.

Tabela 7 - Aquisições em Administração Pública – 2000-2007

<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Administração Pública, Governo - 35</b>	11	27	43	37	31	43	82	9	<b>283</b>	<b>44,29</b>
<b>Atividades específicas [Servidor público] - 351</b>	10	26	46	44	45	25	52	11	<b>259</b>	<b>40,53</b>
<b>Administração municipal [Direito Municipal] – 352</b>	1	6	13	7	4	5	14	3	<b>53</b>	<b>8,29</b>
<b>Assuntos militares – 355</b>	0	4	3	2	2	6	6	1	<b>24</b>	<b>3,76</b>
<b>Governo central, nacional – 354</b>	1	5	0	2	1	3	4	0	<b>16</b>	<b>2,50</b>
<b>Governo regional, estadual – 353</b>	0	0	0	0	1	0	1	1	<b>3</b>	<b>0,47</b>
<b>Serviços do Exército – 356</b>	0	0	0	1	0	0	0	0	<b>1</b>	<b>0,16</b>
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>68</b>	<b>105</b>	<b>93</b>	<b>84</b>	<b>82</b>	<b>159</b>	<b>25</b>	<b>639</b>	<b>100</b>

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

A Tabela 8 apresenta a evolução temporal da quantidade de compras de livros por assunto do núcleo básico. Livros de Direito, como já demonstrado, são os mais adquiridos em qualquer ano em análise. Livros de assuntos ligados a Economia estão em segundo lugar, porém há que se levar em conta o exposto anteriormente acerca dos livros de Direito Tributário e Trabalhista, classificados sob o aspecto econômico.

Tabela 8 - Evolução das aquisições por áreas do núcleo básico (distribuição percentual) – 2000-2007

<b>NÚCLEO BÁSICO</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Média</b>
<b>Direito</b>	49,08	59,60	59,53	59,28	57,84	66,44	61,42	68,55	60,51
<b>Economia</b>	36,39	28,23	26,55	26,25	26,91	19,73	23,25	20,32	25,30
<b>Ciência Política</b>	11,01	6,54	8,26	9,13	9,96	9,18	8,78	6,25	8,75
<b>Administração Pública</b>	3,52	5,63	5,67	5,34	5,29	4,65	6,55	4,88	5,44
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Na Tabela 9, observa-se que a evolução das aquisições não implica mudanças significativas em termos de áreas de compra; de modo geral, o aumento ou redução das compras afeta todas as subclasses de maneira semelhante; vale dizer, a proporção de aquisições, por subclasse, altera-se apenas marginalmente. Isto pode ser visto com mais clareza na Figura 6.

Tabela 9 - Aquisições por assuntos do núcleo básico (distribuição percentual) – 2000-2007

<b>NÚCLEO BÁSICO</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>
<b>Direito</b>	4,52	10,13	15,52	14,52	12,92	16,49	20,97	4,93	100
<b>Economia</b>	8,02	11,48	16,56	15,38	14,37	11,71	18,98	3,50	100
<b>Ciência Política</b>	7,00	7,68	14,88	15,47	15,37	15,76	20,73	3,11	100
<b>Administração Pública</b>	3,60	10,64	16,44	14,55	13,15	12,83	24,88	3,91	100

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

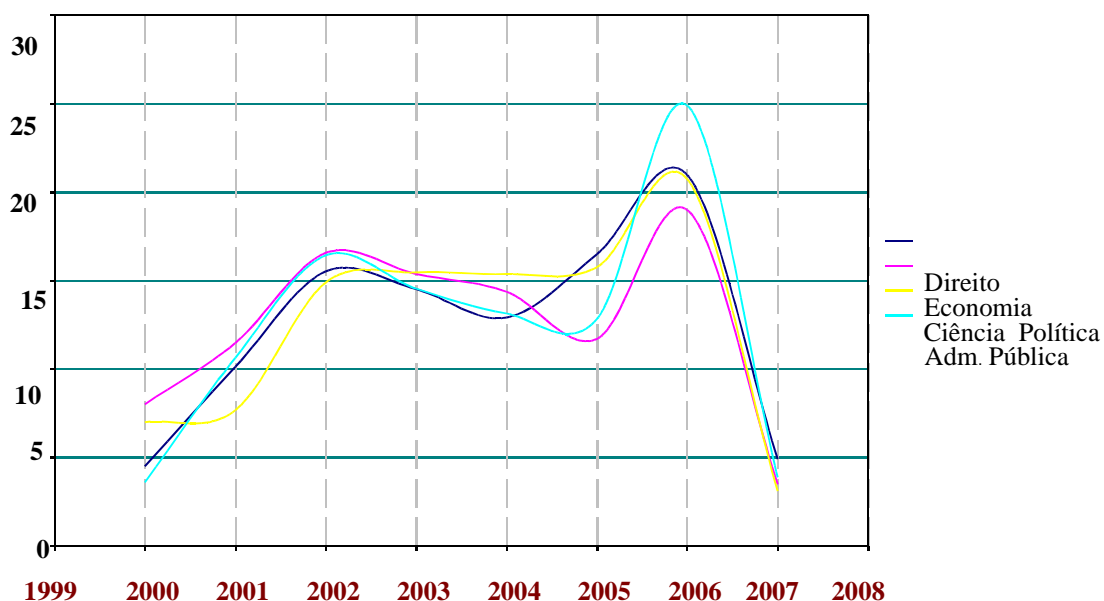


Figura 6 - Evolução das aquisições por áreas do núcleo básico (distribuição percentual) – 2000-2007

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Destacam-se dois pontos de ascendência: o primeiro culmina no ano 2002, em decorrência da normalização dos novos procedimentos de compra. Neste mesmo ano é consolidado o documento da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca.

Outro ponto atinge o pico no ano 2006, para depois entrar em uma queda acentuada motivada por fatores igualmente ligados à aquisição<sup>40</sup>, todavia o declínio é observado em todas as áreas do núcleo básico. Entre os pontos de culminância, a subclasse Ciência Política se mantém estável. As demais apresentam pequena diminuição no número de aquisições para em seguida aumentarem novamente. Destaque para a subclasse Administração Pública, beneficiada em 2006 com uma taxa de aquisições de livros acima da taxa média, 5,1%, obtida ao longo do período.

Questiona-se, por conseguinte, se os procedimentos de aquisição seriam os fatores determinantes no desenvolvimento do acervo e não os critérios de seleção e, da

<sup>40</sup> Os citados fatores são a finalização, em 2006, do contrato de livros adquiridos no mercado nacional e a não-entrega de livros solicitados durante a vigência contratual. Para outros esclarecimentos, ver o Relatório de Atividades da Seção de Aquisição – Cobib/Cedi 2007.

mesma forma, se os procedimentos de seleção de livros novos seriam os responsáveis pelos mencionados desequilíbrios apontados pelos dados.

O período analisado e o modo pelo qual os dados foram coletados, observando apenas o aspecto quantitativo, não permitem responder a estas questões.

O objetivo do levantamento “conteúdos temáticos dos projetos de lei” era a princípio, verificar se os assuntos, ou conteúdos, dos livros adquiridos apresentavam algum tipo de relação com os temas abordados na Casa. Porém, constatou-se a impossibilidade de estabelecer uma relação entre os resultados de ambos os levantamentos.

Os assuntos dos livros foram coletados item a item, ao passo que o mesmo não foi feito com as matérias dos PLs. Estas estão agrupadas em grandes temas, o que limita a possibilidade de uma comparação detalhada.

Optou-se então por apresentar apenas os resultados do segundo levantamento, apontar as comissões com maiores incidências de PLs relatados e relacionar os respectivos assuntos aos da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca.

Os resultados estão organizados pelas siglas das comissões temáticas na Tabela 10.



Tabela 10 - Projetos de lei relatados pelas comissões temáticas – 2000-2007

COMISSÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%	% acum.
CSSF	317	321	221	292	251	345	287	300	2334	16,00	16,00
CTASP	234	294	255	290	346	234	150	436	2239	15,34	31,34
CCJC	257	295	172	339	260	279	179	205	1986	13,60	44,94
CEC	157	196	199	272	228	277	188	300	1817	12,45	57,39
CDC	116	133	179	144	128	96	76	85	957	6,55	63,94
CVT	98	141	108	151	82	139	75	157	951	6,50	70,44
CDEIC	99	103	115	106	94	130	92	105	844	5,80	76,24
CFT	64	97	68	71	109	130	97	76	712	4,90	81,14
CCTCI	49	77	56	65	83	104	112	70	616	4,22	85,36
CAPADR	68	53	52	62	49	68	47	75	474	3,24	88,60
CSPCCO	0	0	36	68	52	66	71	83	376	2,60	91,20
CME	33	32	29	23	30	45	34	46	272	1,86	93,06
CREDN	43	62	34	26	30	30	19	27	271	1,85	94,91
CMADS	1	0	0	0	50	67	55	59	232	1,60	96,51
CDU	30	24	20	28	30	41	17	28	218	1,50	98,01
CAINDR	10	10	17	10	52	30	9	29	167	1,14	99,15
CTD	0	0	0	9	21	20	21	20	91	0,62	99,77
CDHM	0	0	0	0	5	9	8	12	34	0,23	100
<b>Total</b>	<b>1576</b>	<b>1838</b>	<b>1561</b>	<b>1956</b>	<b>1900</b>	<b>2110</b>	<b>1537</b>	<b>2113</b>	<b>14591</b>	<b>100</b>	

Fonte: Sileg – Dados compilados pela autora

Legendas: CSSF- Comissão de Segurança e Família; CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; CCJC – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; CEC – Comissão de Educação e Cultura; CDC – Comissão de Defesa do Consumidor; CVT – Comissão de Viação e Transporte; CDEIC – Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; CFT – Comissão de Finanças e Tributação; CCTCI – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; CME – Comissão de Minas e Energia; CREDN – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano; CAINDR – Comissão de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; CTD – Comissão de Turismo e Desporto; CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Constata-se que 85% do pareceres de mérito emitidos no período em análise foram elaborados por nove das 18 comissões temáticas com esta atribuição.

Do grupo de nove comissões com maior incidência de PLs relatados, duas tratam de assuntos não-pertencentes às Ciências Sociais, de acordo com a classificação do conhecimento apresentada pela CDU. São elas Viação e Transporte (6,5%) e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (4,22%). Isto é, os assuntos abordados por estas comissões estão fora da área de especialização do acervo da Coordenação de Biblioteca, mas são tratados como assuntos complementares por sua Política de Desenvolvimento de Coleções.

A comissão com maior número de PLs relatados no período, Comissão de Seguridade Social e Família (16%), apresenta como assuntos principais previdência social, assistência social e política de saúde ou saúde pública. Esses temas estão alocados no núcleo complementar, e não no núcleo básico da mencionada política. Ou seja, apesar das proposições sobre os temas apresentarem uma média anual de 16% de todos os PLs relatados, os assuntos não mereceram destaque no desenvolvimento do acervo da Coordenação de Biblioteca.

As Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (15,34%), Constituição e Justiça e de Cidadania (13,6%) abordam assuntos tratados pela citada política como básicos. Mas na prática há um forte desequilíbrio entre o número de aquisições sobre os assuntos das respectivas áreas, como já apontado.

Os principais assuntos da Comissão de Educação e Cultura (12,45%), assim como os da Comissão de Seguridade Social e Família, também são tratados como complementares pela Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca, no entanto todos têm recebido menos investimentos em aquisições de livros que classes alheias ao processo legislativo, como por exemplo, Literatura.

As comissões de Defesa do Consumidor (6,55), de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (5,8%), e de Finanças e Tributação (4,9%) apresentam assuntos pertencentes ao núcleo básico do acervo.

Registra-se por conseguinte, que, entre 85% de PLs relatados no período em análise, os assuntos de 54% são arrolados como básicos no documento da política e igualmente pertencem às Ciências Sociais; os assuntos de 33,4% das proposições, apesar de pertencerem às Ciências Sociais, compõem o núcleo complementar, e os assuntos de 12,6% dos PLs são complementares, porém não-pertencentes às Ciências Sociais. Essas constatações são visualizadas na Figura 7.

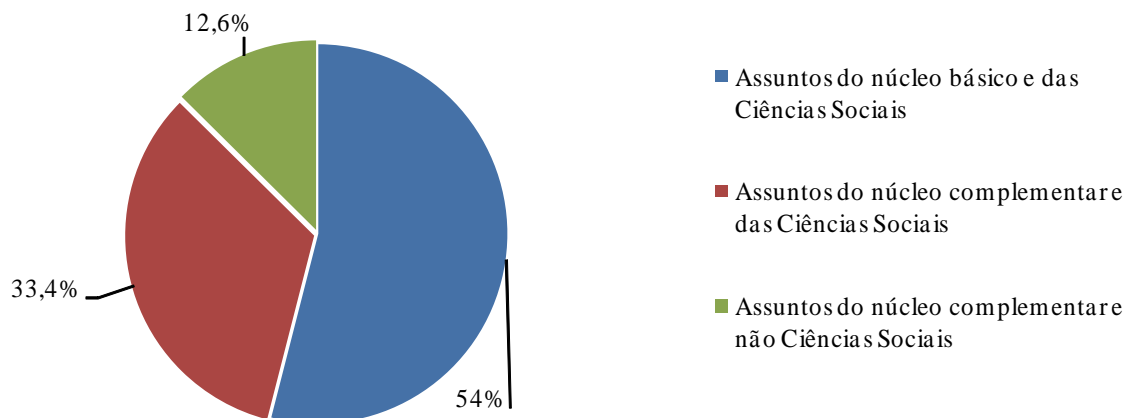


Figura 7 - Assuntos dos PLs relatados - 2000-2007

Fonte: Sileg. Dados compilados pela autora

Afirmou-se anteriormente não ser possível estabelecer uma relação entre os assuntos dos livros adquiridos pela Coordenação de Biblioteca nos anos 2000 a 2007 e os assuntos dos projetos de lei relatados no mesmo período.

O fato de o deputado elaborar um parecer de mérito não implica que ele recorra ao acervo ou aos serviços de informação do Cedi para buscar embasamento teórico. Por outro lado, a Coordenação de Biblioteca tem por função básica o apoio às atividades da Casa; logo, o seu acervo bibliográfico deve apresentar alguma coerência temática com tais atividades. Os dados descritos acima confirmam uma intenção de buscar tal coerência temática, por meio dos critérios de seleção.

## 6 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos a partir dos dois levantamentos de dados e as análises posteriores permitem as seguintes conclusões em relação ao objetivo geral deste trabalho:

- 1- Os critérios de seleção formalizados no documento Política de Desenvolvimento de Coleção da Coordenação de Biblioteca permitem formar um acervo especializado em Ciências Sociais, com ênfase no Direito.
- 2- O primeiro objetivo da mencionada Política, *desenvolvimento racional e equilibrado do acervo, em consonância com os objetivos da Instituição*, não está sendo alcançado, o que é verificado quando se observam os desequilíbrios quantitativos entre as áreas das subclasses do núcleo básico e entre estas e outras classes e subclasses do núcleo complementar.

As mesmas afirmações podem ser feitas acerca do período quando havia apenas um critério geral de seleção, ou seja, a adoção de uma política de seleção, com critérios específicos não teria alterado de maneira contundente a formação da coleção de livros.

Questiona-se então se fatores ligados aos procedimentos de aquisição e de seleção seriam mais determinantes que os citados critérios. Antes, porém, de tentar uma resposta a tais questionamentos, recomenda-se dar continuidade ao levantamento utilizando um período maior para validar as assertivas acima.

- 3- A maioria dos assuntos (54%) tratados pelas comissões com maior incidência de PLs relatados é alocada no acervo básico da Coordenação de Biblioteca, de acordo com seu documento de Política de Seleção. Outra parcela importante (33,4%) está dentro da área de especialização da Coordenação. Logo se conclui haver uma relação entre os temas mais relatados e os assuntos adquiridos em formato livro, no período em análise.

A questão que se impõe é se o tipo de informação, e não somente o assunto, disponível no formato livro é relevante para a Câmara dos Deputados.

Segundo a literatura da área, a resposta é sim, quando se trata dos assuntos, e não, quando se trata dos tipos de informação e formatos. Registra-se, portanto - e novamente - a importância de se pesquisar as necessidades informacionais da Casa, de

conhecer as fontes de informação utilizadas pelos parlamentares e consultores e, só então, rever os procedimentos de seleção de informações, não importando o suporte.

Sobre o papel do Cedi e da Coordenação de Biblioteca, conclui-se que ambos são fontes de informação para a Casa, todavia aponta-se a necessidade de se obterem dados consistentes acerca da utilização dos seus produtos e serviços, inclusive os eletrônicos. Somente com tais dados será possível aferir com maior precisão o grau de importância dos seus respectivos papéis.

Em relação à análise comparativa, as bibliotecas legislativas sediadas em Brasília adotam como válido os pressupostos de que um acervo, para atender ao Poder Legislativo, deve ser especializado e ao mesmo tempo multidisciplinar, e todas desenvolvem os seus respectivos acervos focadas no Direito. Sugere-se, não obstante o exposto no parágrafo anterior, às instituições trabalharem em cooperação desde a fase de seleção de recursos informacionais até o seu compartilhamento.

Da mesma forma, recomenda-se a exemplo das bibliotecas parlamentares estrangeiras, arrolar no documento da Política de Desenvolvimento de Coleções os tipos de assuntos que não devem constar no acervo da Coordenação de Biblioteca; definir procedimentos para identificar assuntos propensos a repercutirem na Câmara dos Deputados, bem como os documentos disponíveis sobre tais assuntos, independentemente de fontes ou formatos; definir como um dos objetivos da Política a preservação da memória da Casa em conformidade com os objetivos estratégicos do Cedi e, por conseguinte enumerar como documentos passíveis de aquisição, aqueles cujo assunto é a Câmara dos Deputados e sua organização.

## REFERÊNCIAS

- ANNAES da Câmara dos Deputados: sessões de 1 a 29 de dezembro de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. v. 8.
- ANNAES da Câmara dos Deputados: sessões de 1 a 31 de julho de 1905. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906. v. 8.
- ANNAES da Câmara dos Deputados: sessões de 1 a 31 de dezembro de 1911. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Commercio, 1914. [v. dez.]
- ANNAES da Câmara dos Deputados: sessões de 14 a 25 de dezembro de 1919. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920. v. 13.
- ANNAES do Parlamento Brasileiro: sessão de 1864. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional J. Villeneuve, 1864. v.
- ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. 338 p.
- AUSTRÁLIA. Parlamento. **Operating policies and procedures nº 3: Parliamentary Library collection development policy**. [s.l.]: [s.n.], 2008. [Documento não publicado]
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **[Minuta de Ato da Mesa]**. Brasília: [s. n.], 1986. 2 f. [Documento de arquivo disponível na Seren]
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Comunicação da estratégia do Centro de Documentação e Informação**. [Brasília]: [s. n.], 2008. 16 f. [Documento de circulação interna do órgão]
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. **Ofício nº 138-86 CBI-Cedi**, de 23 de abril de 1986. Brasília: [s. n.], 1986. [Documento de arquivo disponível na Seren]
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. **Relatório anual da Seren**, 1998. Brasília: [s. n.], 1998. 11 f. [Documento de arquivo disponível na Seren]
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. **Relatório sucinto da Seren**, 2001. Brasília: [s. n.], 2001. 9 f. [Documento de arquivo disponível na Seren]
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Resolução nº 20, de 1971. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 1 dez. 1971. Seção 1, Suplemento, p. 9.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Resolução nº 20, de 1971: justificativa. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 19 nov. 1971. Seção 1, p. 6.978.
- BRASIL. Congresso. Senado Federal. Biblioteca. **Política de seleção e descarte da Biblioteca do Senado Federal**, 2007. Brasília: [s. n.], 2007. 25 f. Disponível em:<

[http://www.senado.gov.br/sf/BIBLIOTECA/documentos/Politica de Selecao da Biblioteca.pdflinkar](http://www.senado.gov.br/sf/BIBLIOTECA/documentos/Politica_de_Selecao_da_Biblioteca.pdflinkar)> Acesso em: 13 dez. 2008.

CANADÁ. Parlamento. Biblioteca. **Libray of Parliament's collection development policy**. [s. l.]: [s. n.], 200?. 1 v. [Documento não publicado]

CAMPOS, José Joaquim Carneiro de. [Carta a José Bonifácio de Andrade e Silva]. In: **Annaes do Parlamento Brasileiro**: Assembléa Constituinte, 1823. Rio de Janeiro: Typ. Imperial Instituto Artístico, 1874. v.

CARNEIRO, Nelson. [Discurso sobre o Projeto de resolução 249/1952] **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, p. 14.657, 13 dez. 1952.

CHILE. Congreso Nacional. Biblioteca. **Políticas de desarrollo de colección de la BCN**. [s. l.]: [s. n.], 2003. 21 f. [Documento não publicado]

COLLARES, Alceu. [Discurso sobre a Biblioteca] **Diário de Congresso Nacional**, Brasília, 29 set. 1980.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Ato do 3º Secretário nº 5/2005 de 08/12/2005**. Brasília: [s. n.], 2005. [Trata da política de avaliação e desenvolvimento da coleção bibliográfica da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal]. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/portal/biblioteca/normas-internas/politica-de-selecao-de-livros/>> Acesso em: 13 dez. 2008.

ENGLEFIELD, Dermot (ed.). **Guidelines for legislative libraries**. Munchen: K. G. Sauer, 1993. 123 p.

ESCOBAR CARBALLAL, Sarah T. **Cotización de colecciones bibliotecarias: fundamentos y procedimientos para una valoración**. Buenos Aires: Alfagrama, 2006. 185 p.

FARRERO I FARRERO, Sara *et. al.* La biblioteca parlamentaria: reflexions dês de l'experiència. **BID: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, Barcelona, n. 15, dês. 2005. 1 v. Disponível em: <[http://www2.ub.edu/bid/consulta\\_articulos.php?fichero=15montob.htm](http://www2.ub.edu/bid/consulta_articulos.php?fichero=15montob.htm)> Acesso em: 13 dez. 2008.

FERRARI, Fernando. Projeto de resolução 249/1952. **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, p. 10.163, 01 out. 1952.

FERRARI, Fernando. [Discurso sobre o Projeto de resolução 249/1952] **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, p. 14.657, 13 dez. 1952.

FIGUEIREDO, Nice. **Metodologias para avaliação de coleções incluindo procedimentos para revisão, descarte e armazenamento**. Brasília: CNPq, 1985. 49p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de Figueiredo. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993. 184 p.

FRANTZICH, Stephen E. Computerized information technology in the U. S. House of Representatives. **Legislative Studies Quarterly**, Iowa City, v. 4, n. 2, May, 1979. p. 255-279.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION.

**Recommendations and best practices for libraries of government departments:** guidelines for library development. Washington: IFLA, 2007. 53 p. Disponível em: <[http://www.ifla.org.sg/VII/s4/pubs/Guidelines-Gov-Lib\\_Draft.pdf](http://www.ifla.org.sg/VII/s4/pubs/Guidelines-Gov-Lib_Draft.pdf)> Acesso em 13 dez. 2008.

KOHL, Ernst. Collection development policies of parliamentary libraries. **Ifla Journal**. Munchen: K. G. Sauer, v. 17, n. 4, 1991. p. 389-394.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 1.336 p.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 356 p.

LIAHUT BALDOMAR, Dulce María. **Pautas generales para el establecimiento de un servicio de información parlamentaria**. México: Camara de Diputados, 2003. 34 f. Disponível em: <<http://www.cddhcu.gob.mx/bibliot/publica/cuapo/pdf/dg1303.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2008.

LIMA, Regina Célia Montenegro de; FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna: aplicação de técnicas bibliométricas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 137-150, jul./dez. 1984.

MAGRILL, Rose Mary; CORBIN, John. **Acquisitions management and collection development in libraries**. 2.ed. Chicago: American Library Association, 1989. 285 p.

MARCELLA, Rita; CARCARY, Iona; BAXTER, Graeme. The information needs of United Kingdom members of the European Parliament (MEPs). **Library Management**, [s. l.], v. 20, n. 3, 1999. p. 168-178. Disponível em: <<https://openair.rgu.ac.uk/bitstream/10059/132/1/LibMgmt+20-3+1999.pdf>> Acesso em 13 dez. 2008.

MILLER, Robert; PELIZZO, Ricardo; STAPENHURST, Rick. **Parliamentary libraries, institute and offices: the sources of parliamentary information**. [Washington]: World Bank, 2004. Disponível em: <[https://mercury.smu.edu.sg/rsrchpubupload/4772/parliamentary\\_libraries.pdf](https://mercury.smu.edu.sg/rsrchpubupload/4772/parliamentary_libraries.pdf)> Acesso em: 31 mar 2008.

OLIVEIRA, Eurico Jacy Monteiro de. Os serviços internos da Câmara. In: **Livro do centenário da Câmara dos Deputados: 1826-1926**. 2. ed. fac-similar. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. p. 551-585.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, jun. 2000. P. 45-67. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/004.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2008.

POLSBY, Nelson W. **Legislatures**. Albany: State University of New York, 1975. 66 p.

ROBINSON, William H. Parliamentary libraries: information in the legislative process. In: KURIAN, George Thomas (ed.). **World encyclopedia of parliaments and legislatures**. Chicago: F. Dearborn, 1996. p. 815-829.



ROSALES SALINAS, Fabiola Elena. **El servicio de referencia en la biblioteca legislativa**. México: Camara de Diputados, 2008. 13 f.

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados. **Dados**: revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, 2005. p. 693-734. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n4/28477.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2008.

SCHREIBER, Marli Elizabeth. **Ofício CBi nº 024/93**, de 27 de abril de 1993. Brasília: [s. n.], 1993. 2 f. [Documento de arquivo disponível na Seren. Comunica a Direção do Cedi a suspensão da Tabela de Parâmetros e expõe as razões]

SHAIENDRA, K.; PRAKASH, H. A study of information needs of members of the Legislative Assembly in the capital city of India. **Aslib Proceedings**. London, v. 60, n. 2, p. 158-179. 2008.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989. 95 p.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 110 p.

WETZEL, Simone R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/414/227>> Acesso em: 13 dez. 2008.

## ANEXO A

### POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DA COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA

#### INTRODUÇÃO

A Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados tem como principal objetivo atender as necessidades informacionais dos deputados, consultores e demais servidores da Casa no desenvolvimento dos trabalhos legislativos.

Seu acervo é especializado em Ciências Sociais com ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública, em diferentes suportes físicos.

Quanto às características, o acervo tem caráter corrente e retrospectivo e é dividido em **acervo geral, referência, coleções especiais, periódicos e hemeroteca.**

Atualmente o acervo da Biblioteca é constituído por:

- **Livros:** 300.000 volumes, incluindo obras raras e publicações de organismos internacionais;
- **Periódicos:** 3.500 títulos, nacionais e estrangeiros;
- **Hemeroteca:** coleção dos principais jornais do país e arquivo de recorte de jornais e revistas. Parte da coleção de jornais, principalmente títulos antigos, está disponível em microfilme;
- **Materiais especiais :** mapas, microformas, fitas de vídeo, DVD-ROMs, CD-ROMs.

A Biblioteca da Câmara dos Deputados integra a rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal e utiliza o *ALEPH – Automated Library Expanded Program* - como *software* gerenciador de suas atividades técnicas. Participa também do *Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas – CCN*, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica - IBICT.

A consulta ao acervo é facultada a todos os interessados. O empréstimo domiciliar, entretanto, é restrito aos parlamentares (deputados e

senadores), servidores da Câmara dos Deputados, consultores do Senado Federal e bibliotecas do Distrito Federal. Obras de referência, especiais, raras e publicações periódicas não são emprestadas.

A seleção das obras a serem incorporadas ao acervo da Biblioteca é realizada por uma comissão de seleção.

## OBJETIVOS

### Objetivo geral

- Determinar diretrizes e normas que visem a estabelecer ações, estratégias e critérios para a tomada de decisões no que se refere ao desenvolvimento racional e equilibrado do acervo, em consonância com os objetivos da Instituição.

### Objetivos específicos

- Orientar os membros da Comissão de Seleção visando à coerência e à consistência do acervo;
- Assegurar a incorporação do material bibliográfico segundo critérios predeterminados;
- Garantir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas temáticas definidas;
- Estabelecer critérios para aquisição de publicações para órgãos da Casa, a título de Coleção Depositada;
- Definir regras para a reavaliação e o desbastamento da coleção
- Estabelecer a política de descarte.

## COMISSÃO DE SELEÇÃO

A Comissão de Seleção da Biblioteca da Câmara dos Deputados é composta pelos seguintes membros:

- Diretor(a) da Coordenação de Biblioteca;
- Chefe da Seção de Recebimento e Controle de Publicações Nacionais;
- Representante da Seção de Aquisição;
- Representante da Seção de Circulação e Supervisão das Coleções;
- Representante da Seção de Coleções Especiais;
- Representante da Seção de Referência;
- Representantes das Consultorias Legislativa e de Orçamento.

Os trabalhos da Comissão de Seleção são coordenados pelo (a) chefe da Seção de Recebimento e Controle de Publicações Nacionais, sob a supervisão do (a) Diretor(a) da Coordenação de Biblioteca.

A aquisição do material bibliográfico (compra, doação ou permuta) é decidida por consenso dos membros da Comissão.

As reuniões são realizadas duas vezes por semana, com pauta previamente definida pelo coordenador da Comissão.

As sugestões para aquisição de obras são encaminhadas à Comissão de Seleção, para avaliação, acompanhadas do formulário de sugestão específico (Anexo I).

### Atribuições da Comissão de Seleção

Gerais:

- Estabelecer critérios para a aquisição do material informacional;
- Traçar diretrizes para a reavaliação periódica do acervo;

- Definir regras para o desbastamento da coleção;
- Acompanhar os trabalhos legislativos para conhecimento dos assuntos em discussão na Casa.

Específicas :

- Decidir sobre novas aquisições;
- Analisar doações recebidas pela Biblioteca;
- Analisar sugestões dos clientes;
- Sugerir títulos de periódicos a serem indexados;
- Proceder à reavaliação periódica do acervo em geral;
- Executar o desbastamento e o descarte da coleção;
- Implementar a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca.

## FONTES DE SELEÇÃO

Para a aquisição de novas publicações, a Comissão conta com o suporte de várias fontes de seleção existentes, tais como:

- Bases de dados;
- Catálogos de editores e livreiros;
- Livros recomendados em revistas e jornais;
- Sugestões de clientes;
- Feiras e exposições de livros;
- Páginas da Internet;
- Listas de novas aquisições e boletins bibliográficos de bibliotecas e centros de documentação.

## TIPOS DE DOCUMENTOS

O acervo da Biblioteca é composto dos seguintes tipos de documentos:

- **Obras de referência**  
(dicionários lingüísticos, literários, biográficos e especializados; bibliografias; almanaques; anuários estatísticos; enciclopédias gerais e especializadas; atlas e diretórios);
- **Livros;**
- **Periódicos;**
- **Teses;**
- **Folhetos;**
- **Manuais de assuntos específicos;**
- **Materiais especiais: mapas, microformas, disquetes, fitas de vídeos, CD-ROMs, DVD-ROMs.**



## CRITÉRIOS GERAIS DE SELEÇÃO

### **Assuntos de Interesse**

Os assuntos de interesse para a Biblioteca Pedro Aleixo foram divididos em dois núcleos: básico e complementar. Entretanto, alterações e/ou complementações poderão ocorrer, conforme a necessidade e os assuntos discutidos no âmbito da Casa.

#### Núcleo básico

- **DIREITO**

- Filosofia do Direito

- Teoria Geral do Direito

- Introdução ao Direito

- DIREITO PÚBLICO**

- Direito administrativo

- Direito ambiental

- Direito comunitário

- Direito do consumidor

- Direito financeiro

- Direito orçamentário

- Direito tributário

- Direito aéreo e espacial

- Direito constitucional

- Direito do trabalho

- Processo trabalhista

- Direito econômico

- Direito eleitoral

- Direito internacional público

- Direito processual

Direito processual civil

Direito processual penal

Direito processual trabalhista

Direito penal

Direito penal militar

Direito previdenciário

Direitos humanos

## **DIREITO PRIVADO**

Direito civil

Direito de família

Direito das coisas

Direito das obrigações

Direito das sucessões

Direito agrário

Direito comercial

Direito internacional privado

Direito marítimo

## **DIREITO CANÔNICO E ECLESIAÍSTICO**

## **DIREITO ROMANO**

## **DIREITO COMPARADO**

- **CIÊNCIA POLÍTICA**

- **ECONOMIA**

Agricultura

Agropecuária

Comércio exterior

- **ECONOMIA (cont.)**

Comércio interno  
Desenvolvimento econômico  
Desenvolvimento regional  
Finanças públicas  
Integração econômica  
    Blocos econômicos regionais  
Orçamento público  
Planejamento econômico  
Planejamento regional  
Política econômica  
Reforma agrária  
Sistema financeiro

- **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Núcleo complementar**

- **POLÍTICAS SOCIAIS**

Assistência social  
Meio ambiente / ecologia  
Política de saúde  
Seguridade social  
Trabalho

- **EDUCAÇÃO**

Cultura  
Desportos  
Diretrizes e bases da educação nacional  
Diversão e espetáculos públicos

Ensino

Formação e aperfeiçoamento de recursos humanos

Política científica e tecnológica

Política educacional

- **RELAÇÕES EXTERIORES**

Atos internacionais

Organizações internacionais

Política externa

Tratados internacionais

- **DEFESA NACIONAL**

Espaço aéreo

Fronteiras e limites

Organização militar

- **INFRA-ESTRUTURA**

Minas e energia

Obras públicas

Recursos hídricos

Saneamento básico

Comunicações

Transportes

Turismo

Urbanismo

- **HISTÓRIA**

História do Brasil

História Geral

- **GEOGRAFIA**

Geografia do Brasil

Geografia Geral

Geopolítica

- **LÍNGUA E LITERATURA**

Clássicos da literatura universal e brasileira

Autores consagrados

Antologias

Romances históricos

Críticas literárias

Autoria de deputados

- **BIOGRAFIA**

Biografias de personalidades representativas brasileiras e estrangeiras

- **OUTRAS ÁREAS**

Arte

Ciência da Informação

## ANEXO B

## POLÍTICA ESPECÍFICA: MATRIZ DE DESARROLLO DE COLECCIÓN DE LA BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL

A cada ítem sujeto a selección se le aplicará la matriz, compuesta por:

- Perfil temático selectivo: **Listado de materias sometido a actualización periódica a fin de reflejar las necesidades e interés temático de la BCN, a cada una de las materias asignadas en el listado se le asigna un valor de relevancia temática.**
- Nivel de relevancia temática (5-1): **Importancia, peso de una materia específica**
- Nivel de relevancia geográfica (5-1): **Áreas geográficas identificadas**
- Nivel de calidad (5-1): **Importancia, peso de un área geográfica en particular**
- Nivel de obsolescencia (5-1): **Vigencia del contenido del ítem**
- Suma: **Puntaje total de todos los factores. Su resultado definirá su adquisición o no**
- Observaciones: **Otros elementos de importancia a considerar que inciden en la decisión de selección.**

Una vez definida la matriz, se asignará la siguiente tabla:

RANGOPUNTAJE	ACCION - DECISION
17 - 20	Se adquiere
13 - 16	Se evalúa, contrasta precio y disponibilidad en el mercado
9 - 12	Se consulta a experto
5 - 8	Se evalúa dispersión temática (colección)
1 - 4	No se adquiere

PERFILES DEFINIDOS EN LA MATRIZ DE DESARROLLO DE COLECCIÓN DE LA BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL

1. **PERFIL TEMÁTICO SELECTIVO** : El listado de materias de interés prioritario, de apoyo a la gestión y/o aquellas materias que constituyen disciplinas relacionadas bajo los cuales pueden ser agrupadas todas las colecciones de la BCN.

<i>AGRICULTURA</i>	
Acuerdos internacionales	5
Desarrollo sustentable	4
Pesca y acuicultura	5
Producción agrícola y ganadera	5
Recursos naturales	5
Silvicultura	5
Tecnología	3
<i>CIENCIA</i>	
Investigación y desarrollo	3
Política nacional	5
<i>CIENCIAS POLÍTICAS</i>	
Asuntos interparlamentarios	5
Derechos políticos y sociales	5
Financiamiento de campañas	5
Geopolítica	4
Integración internacional	5
Partidos políticos	5
Política	5
Relaciones del Estado con grupos organizados	5
Situación y condiciones políticas	5
Sistema electoral	5
<i>DEFENSA Y SEGURIDAD</i>	
Defensa	5

Delincuencia	5
Fuerzas Armadas y de Orden	5
Justicia	3
Seguridad ciudadana	5
Sistema penal	5
<i>DEPORTE Y RECREACIÓN</i>	
Desarrollo de la comunidad	4
Programas sociales	4
Deportes – Aspectos sociales	4
Violencia en los estadios	4

<i>DERECHO</i>	
Derecho comparado	5
Doctrina	4
Intereses marítimos	5
Jurisprudencia	4
Legislación	5
<i>ECONOMÍA</i>	
Acuerdos comerciales	5
Banca y seguros	4
Comercio	4
Comercio internacional	5
Economía (Política, Social)	5
Finanzas públicas	5
Globalización	5
Inversión pública	5
Macroeconomía	5
Mercado de capitales	3



Microeconomía	5
Política económicas	5
Producción: fomento y desarrollo	5
Sistema tributario	5
<i>EDUCACIÓN Y CULTURA</i>	
Financiamiento de la educación	5
Política educacionales	5
Programas culturales	4
<i>GEOGRAFÍA</i>	
Límites	5
Mapas	3
<i>GOBIERNO</i>	
Administración central y local	5
Defensa del ciudadano	5
Descentralización e integración	5
Desarrollo social	5
Fiscalización	5
Hacienda Pública	5
Modernización	5
Planificación	5
Política fiscal	5
Presupuesto fiscal	5
Programas de emergencia	4
Reforma fiscal	5
Reformas políticas	5
Servicios de utilidad pública	2
<b>MEDIO AMBIENTE</b>	
Bienes nacionales	5
Control medioambiental, Polución	5

Desarrollo industrial sustentable	5
Desechos industriales	4
Recursos naturales	5
Salud Ambiental	5
<b>OBRAS PÚBLICAS</b>	
Desarrollo vial	4
Telecomunicaciones	5
Transporte	5
Transporte público	5
<b>SALUD</b>	
Sistemas de salud: pública y privada	5
<i>SOCIOLOGÍA</i>	
Derechos humanos	5
Drogas	5
Familia	5
Menor	5
Minorías étnicas	5
Mujer	5
Problemas sociales	5
Pobreza	5
Vejez	5
Violencia intrafamiliar	5
<i>TECNOLOGÍA</i>	
Firma digital	5
Internet	5
Tecnologías de la información de apoyo al proceso legislativo	5
Accidentes del trabajo y enfermedades profesionales	5
<i>TRABAJO Y PREVISIÓN SOCIAL</i>	

Accidentes del trabajo y enfermedades profesionales	5
Educación continua y capacitación	4
Desempleo	5
Fuerza laboral y mercado	5
Negociación colectiva	4
Relación empresa-trabajador	5
Seguridad laboral	5
Reforma laboral	5
Sindicalismo/Organismos sindicales	5
Sistema previsional	5
Trabajo de la mujer	5

<i>VIVIENDA Y URBANISMO</i>	
Administración del patrimonio fiscal	5
Planificación urbana	5
Planificación del territorio	5
Programas de vivienda social	4
<i>APOYO A LA GESTIÓN</i>	
Administración, gestión y recursos humanos	5
Bibliotecología	5
Computación	4
<i>DISCIPLINAS RELACIONADAS</i>	
Arte	2
Ciencias	2
Filosofía	2
Lenguas/Idiomas	2
Psicología	2
Religión	2

